RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL **PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS**

ABRIL 2025

CASCAIS
Câmara Municipal

ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS 2
ENQUADRAMENTO 9
1. METODOLOGIA DO PROCESSO DE PREVENÇÃO DE RISCOS 10
2. ANÁLISE 11
2.1. Instrumentos e Mecanismos de Gestão 11
2.2. Situações de Risco e Mecanismos de Controlo Transversais 12
Riscos Transversais 14
- Todas as atividades 14

2.3. Situações de Risco e Mecanismos de Controlo Específicos 17
Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT) 21
- Departamento de Tecnologias de Informação (DTI) 21

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT) 23
- Departamento de Recursos Humanos (DRH) 23

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG) 24
- Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP) 24
- Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC) 26
- Departamento de Apoio à Gestão (DAG) 27

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR) 28
- Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL) 28

Direção Municipal de Cultura (DMCL) 29
- Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP) 29

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU) 30
- Departamento de Promoção de Habitação (DPH) 30
- Departamento de Licenciamentos Urbanísticos (DLU) 32
- Divisão de Licenciamentos Económicos (DLEC) 33

Direção Municipal de Projetos Estruturantes (DMES) 34
- Divisão de Projetos Estruturantes (DPES) 34

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS) 35
- Departamento de Ambiente e do Mar (DAM) 35
- Departamento de Participação e Cidadania (DPC) 36

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS) 37
- Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS) 37
- Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) 39

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC) 40
- Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF) 40

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM) 42
- Centro de Recolha Oficial Animal (CROA) 42
- Departamento de Transportes e Manutenção Auto (DTM) 43

3. CONCLUSÃO 44
ANEXOS 46
ANEXO I – ORGANOGRAMA DA MACROESTRUTURA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS 47
ANEXO II – MATRIZ DAS SITUAÇÕES DE RISCO TRANSVERSAIS 49
ANEXO III – MATRIZ DAS ÁREAS ESPECÍFICAS EXPOSTAS A RISCOS 52
ANEXO IV – INQUÉRITOS DE AVALIAÇÃO ANUAL 68

SIGLAS E ABREVIATURAS

ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
APCER	Associação Portuguesa de Certificação
CCP	Código dos Contratos Públicos
CMC	Câmara Municipal de Cascais
CROA	Centro de Recolha Oficial Animal
DAB	Departamento de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico
DACI	Divisão de Auditoria e Controlo Interno
DACN	Divisão de Acompanhamento de Concessões do Domínio Público Marítimo
DACP	Divisão de Apoio à Contratação Pública
DADA	Divisão de Análise de Dados e Apoio à Gestão
DADC	Divisão de Acompanhamento da Descentralização de Competências
DAF	Departamento de Desporto e Atividade Física
DAG	Departamento de Apoio à Gestão
DAGE	Divisão de Administração e Gestão Educativa
DAJ	Departamento de Assuntos Jurídicos
DAM	Departamento de Ambiente e do Mar
DAMA	Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental e do Território
DANT	Divisão de Atos Notariais
DAP	Departamento de Assuntos Patrimoniais
DAPC	Divisão de Atos, Protocolos e Contratos
DAPG	Divisão de Apoio à Gestão
DAPH	Divisão de Arquivos e Património Histórico
DAPI	Divisão de Apoio Pedagógico e Inovação Educativa
DAPO	Divisão de Planeamento e Operações
DASS	Divisão de Associativismo de Moradores
DAT	Departamento de Autoridade de Transportes
DCC	Departamento de Contabilidade e Controlo
DCCG	Divisão de Análise e Dados de Gestão
DCEC	Divisão de Centralização Eletrónica de Compras
DCGE	Divisão de Controlo de Gestão
DCGF	Divisão de Contratação e Gestão Financeira
DCIP	Divisão de Cidadania e Participação
DCOC	Divisão do Centro de Operações
DCOF	Divisão de Projetos Cofinanciados
DCOM	Divisão de Comunicação
DCON	Divisão de Contencioso

DCOT	Divisão de Coordenação e Valorização Territorial
DCP	Departamento de Contratação Pública
DCS	Departamento de Comunicação e Serviço ao Cidadão
DDS	Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social
DED	Departamento de Educação
DEFI	Divisão de Execuções Fiscais
DEL	Departamento de Estudos e Loteamentos
DEME	Divisão de Estudos Municipais Estratégicos
DEPR	Divisão de Execução de Projetos
DEPT	Divisão de Empregabilidade e Promoção de Talento
DES	Departamento de Especialidades de Infraestruturas e de Edifícios
DESE	Divisão de Apreciação de Especialidades em Edifícios
DESI	Divisão de Apreciação de Especialidades de Infraestruturas
DESP	Divisão de Desenvolvimento Desportivo
DEXP	Divisão de Expropriações
DFEI	Divisão de Fiscalização de Obras e Infraestruturas
DFI	Departamento Financeiro
DFIS	Divisão de Fiscalização Geral
DFMT	Divisão de Fiscalização e Monotorização de Serviço Público de Transporte de Passageiros
DFOR	Divisão de Formação e Desenvolvimento Organizacional
DGAL	Direção-Geral das Autarquias Locais
DGEA	Divisão de Gestão Administrativa
DGEC	Divisão de Gestão de Compras
DGET	Divisão de Gestão e Estudos Territoriais
DGEV	Divisão de Gestão de Estrutura Verde
DGPI	Divisão de Gestão Patrimonial Imóvel
DGPM	Divisão de Gestão Patrimonial Móvel
DGPU	Divisão de Gestão de Propriedade Imobiliária Urbana
DGRH	Divisão de Gestão e Valorização de Recursos Humanos
DIAC	Divisão do Atendimento ao Cidadão
DIAJ	Divisão de Assuntos Jurídicos
DIAP	Divisão de Implementação e Acompanhamento de Projetos
DIBI	Divisão de Bibliotecas
DICH	Divisão de Centros Históricos
DICO	Divisão de Contraordenações
DIEP	Divisão de Estudos e Projetos
DINC	Divisão de Intervenção Comunitária

DINO	Divisão de Inovação
DIPA	Divisão de Instrução Processual e Gestão Administrativa
DIRS	Divisão de Infraestruturas de Redes e Sistemas
DIV	Departamento de Infraestruturas e Vias
DJUV	Divisão de Juventude
DL	Decreto-Lei
DLC	Departamento de Planeamento e Controlo
DLEC	Divisão de Licenciamentos Económicos
DLOT	Divisão de Loteamentos
DLOU	Divisão de Licenciamentos de Operações Urbanísticas
DLRA	Divisão de Loteamentos e Reconversão Urbana
DLS	Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social
DLU	Departamento de Licenciamento Urbanístico
DLVP	Divisão de Licenciamento de Ocupação e Intervenção na Via Pública
DMAG	Direção Municipal de Apoio à Gestão
DMAS	Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade
DMCL	Direção Municipal de Cultura
DMCR	Direção Municipal de Captação de Recursos
DMCT	Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem
DMDE	Divisão de Marca e Design
DME	Departamento de Obras e Manutenção de Edifícios
DMEC	Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto
DMES	Direção Municipal de Projetos Estruturantes
DMIN	Divisão de Marketing e Inovação
DMOM	Direção Municipal de Obras e Manutenção
DMP	Departamento de Museus e Promoção Cultural
DMPU	Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo
DMSL	Divisão de Manutenção e Serviços Logísticos
DMSS	Direção Municipal de Saúde e Social
DMUS	Divisão de Museus
DOBR	Divisão de Obras
DOEE	Divisão de Obras de Edifícios e Equipamentos
DOPA	Divisão de Orçamentos Participativos
DORT	Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território
DOVI	Divisão de Obras de Vias e Infraestruturas
DPAF	Divisão de Promoção da Atividade Física
DPAM	Divisão de Planos de Âmbito Municipal
DPC	Departamento de Participação e Cidadania

DPCO	Divisão de Plano e Controlo Orçamental
DPE	Departamento de Planeamento Estratégico
DPEL	Divisão de Projetos Estruturantes e Licenciamentos
DPES	Divisão de Projetos Estruturantes
DPF	Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização
DPGE	Divisão de Planeamento e Prospeção de Projetos
DPGQ	Divisão para a Promoção da Gestão de Qualidade
DPGR	Divisão de Planeamento e Gestão da Rede
DPH	Departamento de Promoção de Habitação
DPIE	Divisão de Promoção da Infância e do Envelhecimento Ativo
DPL	Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos
DPMT	Divisão de Planeamento de Mobilidade e Transportes
DPOL	Divisão de Polícia
DPPC	Divisão de Prospeção e Planeamento de Candidaturas
DPR	Departamento de Processos Especiais
DPRJ	Divisão de Projetos
DPRO	Divisão de Promoção Cultural
DPSE	Divisão de Prevenção e Sensibilização
DPT	Departamento de Promoção do Talento
DPTC	Divisão de Processos de Tribunal de Contas
DPTU	Divisão de Processos de Tutela Urbanística
DQAM	Divisão de Qualificação Ambiental
DRCD	Divisão de Registo e Controlo de Despesas
DRE	Departamento de Eventos e Representação
DRE	Diário da República Eletrónico
DREM	Divisão de Recrutamento e Gestão de Mobilidade
DRES	Divisão de Planeamento e Rede Social
DRGM	Divisão de Regulação, Gestão e Monitorização de Serviço Público de Transporte de Passageiros
DRH	Departamento de Recursos Humanos
DRIH	Divisão de Ribeiras e Inteligências Hídricas
DRIN	Divisão de Relações Internacionais
DRIS	Divisão de Recursos para a Inclusão Social
DRMU	Divisão de Receitas Municipais
DRPP	Divisão de Relações Públicas e Protocolo
DRU	Departamento de Reabilitação Urbana
DSBM	Divisão de Promoção da Saúde e Bem Estar
DSCI	Divisão de Segurança Contra Incêndios em Edifícios Municipais

DSE	Departamento de Segurança de Edifícios e Equipamentos Municipais
DSEC	Divisão de Segurança e Cibersegurança
DSEM	Divisão de Segurança de Edifícios e Equipamentos Municipais
DSI	Departamento de Sistemas de Informação Geográfica
DSIG	Divisão de Sistemas de Informação Geográfica
DSQV	Divisão de Solidariedade Social e Qualidade de Vida
DSSM	Divisão de Serviços de Suporte Municipal
DSST	Divisão de Segurança e Saúde no Trabalho
DTAS	Divisão da Transição Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
DTI	Departamento de Tecnologias de Informação
DTM	Departamento de Transportes e Manutenção Auto
DTOA	Divisão de Trânsito e Mobilidade
DTQ	Departamento de Transparência e Qualidade
DTRC	Divisão de Transparência e Conformidade
DVOL	Divisão de Voluntariado
GAAM	Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal
GACG	Gabinete de Coordenação e Gestão
GACM	Gabinete de Apoio à Câmara Municipal
GADI	Gabinete de Apoio ao Diretor
GAGA	Gabinete de Apoio à Gestão Administrativa
GAGC	Gabinete de Apoio à Gestão e Comunicação Cultural
GAGI	Gabinete de Coordenação e Gestão Imóvel
GARE	Gabinete de Apoio ao Recrutamento
GCSE	Gabinete de Coordenação de Segurança
GDCC	Sistema de gestão documental
GECO	Gabinete de Ética e Conformidade
GGAA	Gabinete de Atendimento, Gestão de Assiduidade e de Acessos
GGEM	Gabinete de Gestão e Coordenação de Eventos Municipais
GGST	Gabinete de Gestão de Stocks
GIPA	Gabinete de Instrução de Processos Administrativos
GISP	Gabinete de Intervenção Socioprofissional
GMAT	Gabinete de Planeamento e Gestão de Manutenção Auto
GMED	Gabinete de Medicina no Trabalho
GMOB	Gabinete de Gestão de Mobilidade
GOP	Grandes Opções do Plano
GOSE	Gabinete de Operações de Segurança
GPAT	Gabinete de Planeamento e Gestão de Transportes
GPRE	Gabinete da Presidência

GREM	Gabinete de Remunerações
GSET	Gabinete de Segurança no Trabalho
GSUT	Gabinete de Suporte ao Utilizador
GTDI	Gabinete de Transformação Digital
GTEC	Gabinete Técnico
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPAI	Instituto Português de Auditoria Interna
ISO	*International Organization for Standardization*
MENAC	Mecanismo Nacional Anticorrupção
NCI	Norma de Controlo Interno
NP	Norma Portuguesa
PPR	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
RGPC	Regime Geral de Prevenção da Corrupção
RGPDI	Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações
ROSM	Regulamento de Organização dos Serviços Municipais
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
SPO	Sistema de Gestão de Processos
TESM	Tesouraria Municipal
UAAD	Unidade de Apoio Administrativo
UAAT	Unidade de Assessoria e Apoio Técnico
UACP	Unidade de Acessibilidades e do Peão
UADS	Unidade de Analítica de Dados
UAGC	Unidade de Acompanhamento à Gestão de Compras
UAGD	Unidade de Gestão da Avaliação de Desempenho
UAPL	Unidade de Apreciação de Projetos e Loteamentos
UAPO	Unidade de Planeamento e Gestão
UATC	Unidade de Apoio Técnico
UATE	Unidade de Apoio Técnico
UBIE	Unidade de Gestão das Bibliotecas Escolares
UCCA	Unidade de Comunicações, Certificações e Alvarás
UCGC	Unidade de Coordenação e Gestão de Cemitérios
UCIN	Unidade de Comunicação Interna
UCPD	Unidade de Coordenação e Planeamento Desportivo
UDES	Unidade de Design de Comunicação
UEDA	Unidade de Educação pela Arte
UEMM	Unidade da Estratégia Municipal do Mar

UGAP	Unidade de Gestão de Águas Pluviais
UGAS	Unidade de Gestão e Acompanhamento dos Serviços de Suporte
UGBM	Unidade de Gestão do Bairro dos Museus
UGEI	Unidade de Gestão de Eletricidade e Iluminação Pública
UGEM	Unidade de Gestão de Edifícios e Equipamentos Municipais
UGME	Unidade de Gestão de Mercados e Espaços Comerciais
UGTA	Unidade de Gestão de Teatros, Cinemas e Auditórios
UGVA	Unidade de Gestão da Vila das Artes
ULRA	Unidade de Licenciamento e Reconversão AUGI
UMAD	Unidade de Manutenção de Administração Direta
UMEE	Unidade de Manutenção de Edifícios e Equipamentos
UMOV	Unidade Multidisciplinar de Projetos Institucionais de Valorização
UNIF	Unidade de Intervenção Familiar
UO	Unidade orgânica
UOPI	Unidade de Operações e Informações
UPAM	Unidade de Polícia Ambiental
UPAU	Unidade de Procedimentos de Autorização de Utilização
UPDT	Unidade de Promoção dos Direitos no Território
UPEE	Unidade de Projetos de Edifícios e Equipamentos
UPFI	Unidade de Planeamento Financeiro e Controlo de Custos
UPLA	Unidade de Planeamento e Avaliação
UPOP	Unidade de Publicidade e Ocupação de Espaço Público
UQSA	Unidade de Qualidade e Segurança Alimentar
UREN	Unidade de Recursos para o Envelhecimento Ativo
URIS	Unidade de Recursos para a inclusão Social
UTEF	Unidade Técnica Florestal
UTRA	Unidade de Trânsito

ENQUADRAMENTO

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Cascais (doravante Plano) em vigor foi aprovado por deliberação camarária de 25 de fevereiro de 2025.

O Plano atual resulta da análise e revisão do anterior Plano, aprovado em reunião de Câmara de 22 de outubro de 2024, tendo sido incorporadas as propostas de reformulação de riscos e mecanismos de controlo decorrentes da Revisão do Sistema de Gestão Anticorrupção.

O Município de Cascais está comprometido com a prossecução do interesse público, através da salvaguarda de procedimentos internos que permitam a prevenção da corrupção e a elevação dos níveis de integridade e transparência.

Este compromisso contempla a manutenção da conformidade do Sistema de Gestão Anticorrupção (SGAC), que se encontra certificado pela APCER segundo a Norma ISO 37001:2016. Neste âmbito, é assegurada a monitorização periódica das atividades realizadas, tendo em consideração a envolvente do Município, os objetivos estabelecidos para o SGAC, a legislação em vigor, os parâmetros de análise e os critérios de avaliação dos riscos de corrupção identificados, e a eficácia dos mecanismos de controlo.

A aprovação do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), introduziu um novo paradigma na prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas. O programa de cumprimento normativo do Município de Cascais inclui, para além do Plano, o Código de Ética e de Conduta, o Manual de Gestão de Conflitos de Interesses, os Canais de Denúncia para a Promoção da Transparência Municipal, e um programa de formação interna que promove a divulgação das políticas e procedimentos de prevenção da corrupção.

A execução do Plano está sujeita a controlo, pelo que o presente Relatório de Avaliação Anual visa quantificar o grau de implementação das medidas identificadas e, quando aplicável, a previsão da sua plena implementação pelas unidades orgânicas.

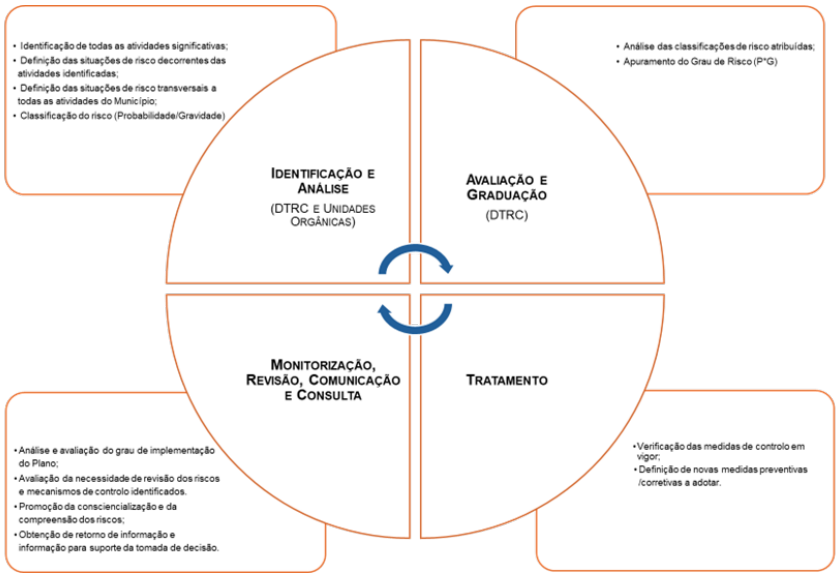
As propostas de reformulação de riscos e mecanismos de controlo, bem como da sua aplicabilidade, irão agora ser integradas numa nova versão do Plano.

Cabe à Chefia da Divisão de Transparência e Conformidade (DTRC) a responsabilidade geral pela execução, controlo e revisão do Plano e, consequentemente, pela elaboração dos relatórios de avaliação legalmente previstos, em estreita articulação com os dirigentes das unidades orgânicas, que participam ativamente no processo. O Responsável pelo Cumprimento Normativo acompanha a execução, controlo e revisão do Plano.

A apreciação da eficácia e adequação do SGAC para gerir eficazmente os riscos de corrupção do Município é da competência do Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção.

1. METODOLOGIA DO PROCESSO DE PREVENÇÃO DE RISCOS

O Processo de Prevenção de Riscos do Município de Cascais é um processo contínuo e em constante desenvolvimento, conforme pode ser observado na figura seguinte:



A elaboração do presente Relatório baseou-se na identificação e análise de potenciais situações de risco transversais e específicas, decorrentes das competências e atividades significativas de cada unidade orgânica, que foram equacionadas face à sua probabilidade de ocorrência e gravidade da consequência. Paralelamente, foram também definidas as opções de tratamento do risco, designadamente os mecanismos de mitigação a adotar. Este levantamento materializou-se na elaboração dos Mapas de Registo do Risco, de autoavaliação da exposição ao risco e de mecanismos de controlo associados, individuais para cada unidade orgânica, cujo preenchimento foi da inteira responsabilidade do respetivo dirigente.

Seguidamente, a conjugação da análise dos dois indicadores de risco - *probabilidade da ocorrência e gravidade da consequência* – permitiu apurar o grau de risco associado às atividades desenvolvidas e hierarquizar as áreas de risco e os processos críticos a elas associados. Estes resultados, conjugados com as respostas fornecidas pelas unidades orgânicas nos Inquéritos de Avaliação Anual (doravante Inquéritos) quanto à fase de implementação dos mecanismos de controlo, possibilitaram a identificação das áreas/ atividades que devem merecer maior atenção e a definição da gestão dos seus riscos.

No âmbito da avaliação anual, foram enviados 41 Inquéritos a todos os Departamentos, Divisões e Gabinetes em funções, abrangendo 148 unidades orgânicas.

O organograma da macroestrutura dos serviços municipais consta do ANEXO I.

2. ANÁLISE

2.1. Instrumentos e Mecanismos de Gestão

O Município de Cascais, no âmbito do Sistema de Gestão Anticorrupção, tem implementado um programa de cumprimento normativo que inclui um conjunto de instrumentos e de mecanismos de gestão, que contribuem de forma determinante para a mitigação genérica dos riscos de corrupção e infrações conexas, sendo aplicáveis de forma transversal e abrangente a todas as unidades orgânicas.

A entrada em vigor do Regime Geral de Prevenção da Corrupção e do Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPDI), aprovado pela Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, desencadeou a necessidade de revisão e atualização destes instrumentos e mecanismos de gestão, destacando-se as seguintes alterações:

a) Código de Ética e de Conduta: inclusão de regras relacionadas com a prevenção da corrupção e infrações conexas, sanções disciplinares associadas, acompanhamento e avaliação pelo Responsável pelo Cumprimento Normativo, registo de acesso público das ofertas institucionais, prazos de revisão e de publicitação do Código;
b) Manual de Gestão de Conflitos de Interesses: densificação dos termos da subscrição das Declarações de Existência e de Inexistência de Conflitos de Interesses, bem como do pedido e da autorização da Acumulação de Funções;
c) Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas: incorporação de todas as unidades orgânicas em risco, do responsável pela execução controlo e revisão do Plano, e dos prazos de avaliação, revisão e publicitação do Plano;
d) Canais de Denúncia: implementação de uma plataforma eletrónica de gestão dos Canais de Denúncia Interna e Externa, que assegura a privacidade por defeito, garantindo que toda a informação relacionada com as participações e denúncias circula encriptada, e adaptação do Manual de Procedimentos dos Canais relativamente aos prazos legais estipulados para a tramitação e conservação das denúncias e quanto à proteção dos denunciantes;
e) Programa de formação e comunicação interna: realização de ação de formação interna anual nos instrumentos e mecanismos de gestão que integram o programa de cumprimento normativo e revisão, no site institucional e na intranet, de toda a documentação relacionada.

No âmbito da mitigação genérica dos riscos, importa também realçar o sistema de controlo interno existente, o qual engloba, designadamente, o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis autárquicos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo o controlo dos sistemas e tecnologias de informação, a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade,

fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos, a preparação oportuna de informação financeira fiável, assim como o cumprimento das deliberações dos órgãos e das decisões dos respetivos titulares.

Os elementos base que dão forma ao sistema de controlo interno do Município de Cascais são os seguintes:

- Plano de organização (constituição do executivo e distribuição de pelouros, regimento do órgão executivo, delegações e subdelegações de competências, estrutura orgânica, macro e micro, atribuições das várias unidades orgânicas e competências dos seus dirigentes);
- Regulamentos internos e externos;
- Planos de contas e Manual de Consolidação de Contas;
- Auditoria interna e Norma de Controlo Interno.

Os documentos que integram o Sistema de Gestão Anticorrupção são divulgados e publicitados interna e externamente, após aprovação em Reunião de Câmara, nos termos do Plano de Comunicação do Sistema de Gestão Anticorrupção.

2.2. Situações de Risco e Mecanismos de Controlo Transversais

A prevenção de riscos no Município de Cascais beneficia também das medidas de controlo associadas às situações de risco de corrupção e infrações conexas transversais e específicas de cada unidade orgânica, decorrentes da prossecução das atividades e procedimentos inerentes às suas competências e atribuições.

Em 2024, foram identificadas 16 situações de risco de corrupção e infrações conexas transversais a todas as atividades, para as quais foram definidos 61 mecanismos de controlo.

Conjugando a análise dos dois indicadores de risco (probabilidade de ocorrência e gravidade da consequência), verifica-se que 1 situação de risco transversal (6%) apresenta um grau de risco Reduzido e 15 apresentam um grau de risco Moderado (94%). Não existem situações consideradas de grau de risco Elevado.

Para uma análise mais pormenorizada das situações de risco transversais e da percentagem de implementação dos respetivos mecanismos de controlo, pode ser consultada a matriz constante do ANEXO II ao presente Relatório.

Apresenta-se na tabela seguinte, síntese da análise efetuada à avaliação e graduação dos riscos transversais a todas as unidades orgânicas.

AVALIAÇÃO E GRADUAÇÃO DOS RISCOS TRANSVERSAIS			
N.º de Riscos Identificados		**16**	
Critérios de Análise		**N.º**	**%**
Probabilidade de Ocorrência	Baixa	8	50%
	Moderada	7	44%
	Alta	1	6%
Gravidade da Consequência	Baixa	0	0%
	Moderada	9	56%
	Alta	7	44%
Grau de Risco	Reduzido	1	6%
	Moderado	15	94%
	Elevado	0	0%

Relativamente aos mecanismos de mitigação dos riscos transversais identificados, a monitorização anual realizada permitiu apurar que, dos 61 mecanismos de controlo definidos, 37 já se encontram totalmente Implementados (61%), encontrando-se ainda 24 (39%) Em Implementação em 9 Departamentos/ Divisões. Não existem mecanismos Por Implementar.

Conjugando a análise dos mecanismos de controlo transversais relativamente aos graus de risco apurados, constatou-se que 7 mecanismos (11%) foram definidos para mitigação de situações de grau de risco Reduzido e 54 (89%) para mitigação de situações de grau de risco Moderado.

Quanto aos mecanismos Em Implementação, estão presentes em todas as situações de risco.

Nas páginas seguintes, é feito o balanço do grau de implementação dos mecanismos de controlo transversais que ainda se encontram Em Implementação, sendo identificadas as situações de risco a que dizem respeito e a respetiva graduação do risco, bem como a percentagem de implementação dos mecanismos na globalidade das atividades das unidades orgânicas.

Riscos Transversais

- Todas as atividades

Existem 24 mecanismos de controlo dos riscos que se encontram Em Implementação em 9 Departamentos/ Divisões.

No Departamento de Sistemas de Informação Geográfica (DSI), a subscrição da Declaração de Conformidade com a Política Anticorrupção encontra-se Em Implementação, não tendo ainda sido subscrita por todos os trabalhadores.

No Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL), a implementação plena da divulgação dos manuais de procedimentos, norma de controlo interno e regulamentos deverá ser concluída até final do 1.º semestre de 2025.

No Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP), a subscrição da Declaração de Conformidade com a Política Anticorrupção encontra-se ainda Em Implementação, não tendo ainda sido subscrita por todos os trabalhadores.

No Departamento de Licenciamento Urbanístico (DLU), encontram-se Em Implementação os procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos em cada uma das fases da execução do contrato e da tramitação do procedimento administrativo, dependendo da implantação de *workflow* para procedimentos, que deverá ser concluída no prazo de 6 meses.

No Departamento de Estudos e Loteamentos (DEL), a falta de recursos humanos tem impedido a implementação plena de metodologias de verificação e acompanhamento dos cronogramas de execução dos encargos assumidos, de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos em cada uma das fases da execução do contrato e de metodologias de verificação e de acompanhamento de modificações ao contrato e ao preço contratual. Prevê-se o reforço dos recursos até ao final do 1.º semestre de 2025.

Na Divisão de Licenciamentos Económicos (DLEC), deverá ser concluída a implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos em cada uma das fases da execução do contrato até final do 1.º semestre de 2025.

Na Divisão de Projetos Estruturantes (DPES), prevê-se que, no prazo de 1 ano, esteja concluída a implementação plena de metodologias de verificação e acompanhamento dos cronogramas de execução dos encargos assumidos, de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos em cada uma das fases da execução do contrato e da tramitação do procedimento administrativo, de metodologias de verificação e de acompanhamento de modificações ao contrato

e ao preço contratual, de metodologias e regras definidas para a gestão documental de todos os processos, bem como o registo e tramitação de toda a documentação no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO).

No Departamento de Participação e Cidadania (DPC), até final de 2025, deverão ser plenamente implementados os procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos em cada uma das fases da execução do contrato e da tramitação do procedimento administrativo, para além do registo e tramitação de toda a documentação no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO).

No Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS), encontram-se Por Implementar os níveis diferenciados de acesso às pastas de arquivo informático, não sendo a situação igual em todo o Departamento. Algumas destas situações, serão resolvidas com a adoção de uma plataforma de benefícios públicos, à medida que a unidade orgânica responsável por esta aplicação consiga customizar de acordo com os programas de candidaturas. Outras situações estão dependentes de um processo de contratação, que se encontra a decorrer, prevendo-se a sua conclusão até final de 2025.

Atendendo à plena implementação de alguns dos mecanismos de controlo transversais, irá ser revista a classificação atribuída à probabilidade de ocorrência das respetivas situações de risco, após ter sido comprovada a eficácia dos mecanismos de controlo Implementados. Estas alterações irão ser contempladas numa nova versão do Plano.

No quadro seguinte, apresenta-se o grau de implementação dos mecanismos de controlo transversais na globalidade das atividades das unidades orgânicas.

Riscos Transversais

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Todas	Oferecer indevidamente vantagem na realização de determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Solicitar benefício de qualquer natureza para cumprir ou se abster de cumprir um determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Rotatividade dos membros do júri	97%
	Receber oferta para indevidamente proporcionar vantagem na realização de determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Infringir as metodologias e responsabilidades a cumprir	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Divulgação e compreensão dos manuais de procedimentos, norma de controlo interno, regulamentos	97%
	Exercício de atividades públicas ou privadas não autorizadas	3	2	6	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Ausência de comunicação ou de informação sobre potenciais situações de corrupção	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	94%
	Conflitos de interesses que comprometam a transparência das atividades e/ou dos procedimentos, incluindo acumulação de funções	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Tratamento diferenciado de situações idênticas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Pressão de grupos de interesse	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Deficiente acompanhamento das recomendações de entidades externas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Exercício de poderes discricionários (Liberdade de ação administrativa, que permite ao decisor, perante um caso concreto, optar por uma decisão entre várias possíveis, todas elas válidas legalmente)	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Desvio ou apropriação de ofertas institucionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Deficiente orçamento dos encargos e consequente derrapagem nos custos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Metodologias de verificação e acompanhamento dos cronogramas de execução e dos encargos assumidos	94%
	Deficiente acompanhamento da execução dos contratos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	89%
							Metodologias de verificação e acompanhamento do contrato, mediante cronogramas de prazo de execução, modificações ao contrato e ao preço contratual	94%
	Deficiente tramitação do procedimento administrativo	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	89%
							Metodologias e regras definidas, claras e divulgadas entre os utilizadores, na gestão documental de todos os processos	97%
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação do processo no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	94%
	Acesso indevido a informações sigilosas	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Níveis diferenciados de acesso às pastas de arquivo informático	97%

2.3. Situações de Risco e Mecanismos de Controlo Específicos

Relativamente às situações de risco de corrupção e infrações conexas específicas de cada unidade orgânica, em termos globais, foram identificadas 536 situações de risco, para as quais estão definidos 1.628 mecanismos de controlo.

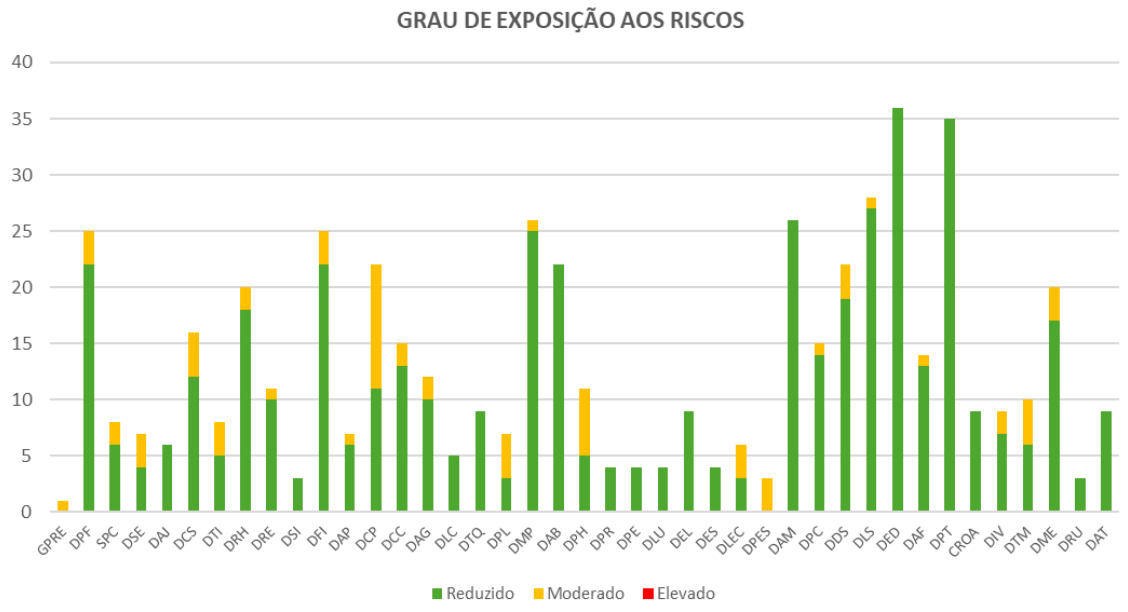
Apresenta-se na tabela seguinte, síntese da análise efetuada à avaliação e graduação dos riscos nas atividades desenvolvidas pelas unidades orgânicas.

AVALIAÇÃO E GRADUAÇÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS			
N.º de Riscos Identificados		**536**	
Critérios de Análise		**N.º**	**%**
Probabilidade de Ocorrência	Baixa	500	93,3%
	Moderada	35	6,5%
	Alta	1	0,2%
Gravidade da Consequência	Baixa	22	4,1%
	Moderada	476	88,8%
	Alta	38	7,1%
Grau de Risco	Reduzido	466	86,9%
	Moderado	70	13,1%
	Elevado	0	0,0%

Conjugando a análise dos dois indicadores de risco (probabilidade de ocorrência e gravidade da consequência), constata-se que 466 situações (cerca de 87%) apresentam um grau de risco Reduzido e 70 apresentam um grau de risco Moderado (cerca de 13%). Não existem situações consideradas de grau de risco Elevado.

Para uma análise mais pormenorizada das áreas específicas da atividade municipal consideradas pelas respetivas unidades orgânicas como expostas a riscos de corrupção e infrações conexas, bem como da fase de implementação dos respetivos mecanismos de controlo, pode ser consultada a matriz constante do ANEXO III ao presente Relatório.

Apresenta-se no gráfico seguinte a distribuição do grau de exposição a riscos de corrupção e infrações conexas pelas unidades orgânicas, em função do número de situações de risco específicas identificadas nos 41 Inquéritos respondidos.



Conforme é possível constatar, 85% das unidades orgânicas estimaram um grau de exposição ao risco predominantemente Reduzido. Nas restantes, o grau de risco estimado foi predominantemente Moderado (10%). No caso do DCP e da DLEC (5%), não se verificou um grau de exposição predominante. Conforme já referido, não foram estimadas situações de risco Elevado.

Quanto aos mecanismos de mitigação dos riscos específicos das unidades orgânicas, a monitorização anual realizada junto dos Departamentos, Divisões e Gabinetes do Município de Cascais permitiu apurar que uma expressiva maioria dos 1.627 mecanismos de controlo já se encontra Implementada (cerca de 93%), encontrando-se ainda Em Implementação 65 mecanismos (4%) e Por Implementar 43 mecanismos (cerca de 3%).

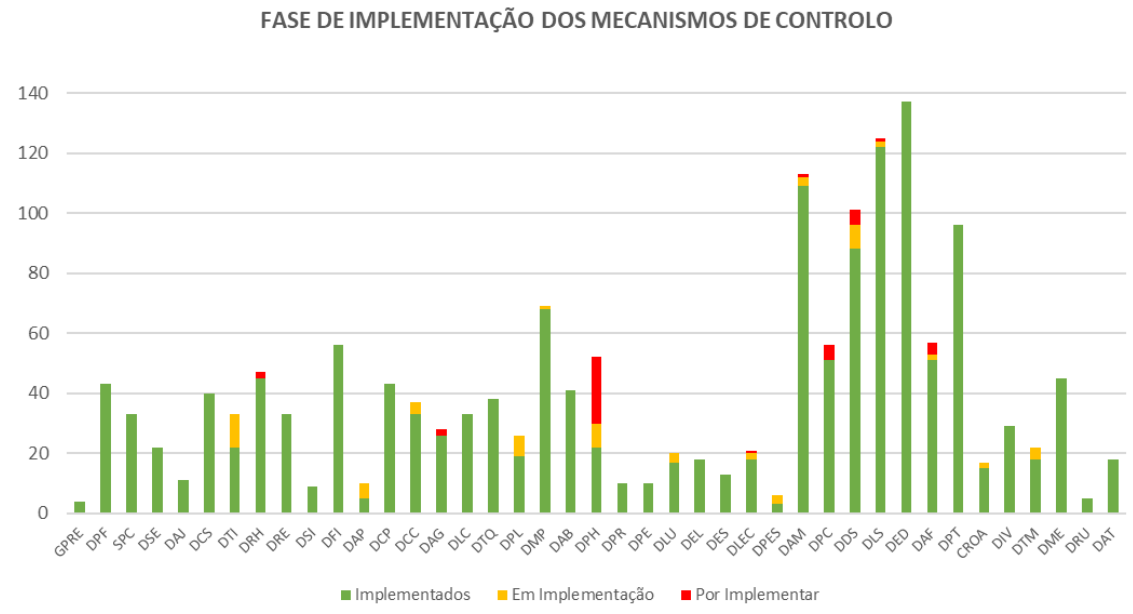
Conjugando a análise dos mecanismos de controlo específicos relativamente aos graus de risco apurados, constatou-se que 1.382 mecanismos (cerca de 85%) foram definidos para mitigação de situações de grau de risco Reduzido e 245 mecanismos (cerca de 15%) para mitigação de situações de grau de risco Moderado.

A tabela seguinte permite visualizar a percentagem de implementação dos mecanismos de controlo específicos das unidades orgânicas relativamente aos graus de risco apurados.

GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS MECANISMOS DE CONTROLO ESPECÍFICOS									
Mecanismos de Controlo		Grau de Risco							
		Reduzido		Moderado		Elevado		Total	
Fase de Implementação	Verificação	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)
	Implementados	1326	96%	193	78,8%	0	0%	1519	93,4%
	Em Implementação	39	2,8%	26	10,6%	0	0%	65	4%
	Por Implementar	17	1,2%	26	10,6%	0	0%	43	2,6%
	Total	1.382	84,9%	245	15,1%	0	0%	**1.627**	

Em função da avaliação anual realizada pelas unidades orgânicas, resultou evidente que, na sua maioria, os mecanismos de controlo já se encontram totalmente Implementados, havendo ainda 18 unidades orgânicas (44%) onde existem mecanismos Em Implementação ou Por Implementar.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição da fase de implementação dos mecanismos de controlo pelas unidades orgânicas, em função da avaliação efetuada.



As unidades orgânicas que apresentaram menor percentagem de mecanismos Implementados foram o Departamento de Promoção de Habitação (DPH) com 42% e a Divisão de Projetos Estruturantes (DPES) e o Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP), ambos com 50%.

Quanto aos mecanismos Em Implementação, estão presentes em 15 (37%) unidades orgânicas. Já os mecanismos Por Implementar encontram-se em 9 (22%) unidades orgânicas, destacando-se o Departamento de Promoção de Habitação (DPH) com 42%. Cabe destacar que os mecanismos Por Implementar no DPH mitigam situações de risco no âmbito de atividades que ainda não estão a ser executadas, apesar de constarem nas competências desta unidade orgânica.

No âmbito de uma avaliação amadurecida das situações de risco e mecanismos de controlo identificados, algumas unidades orgânicas apresentaram propostas de alteração relacionadas com a respetiva aplicabilidade, designadamente o Departamento de Polícia e Fiscalização (DPF), o Departamento de Tecnologias de Informação (DTI), o Departamento de Recursos Humanos (DRH), o Departamento de Sistemas de Informação Geográfica (DSI), o Departamento Financeiro (DFI), o Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP), o Departamento de Contratação Pública (DCP), o Departamento de Apoio à Gestão (DAG), o Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL), o Departamento de Estudos e Loteamento (DEL), a Divisão de Licenciamentos Económicos (DLEC), a Divisão de Projetos Estruturantes (DPES), o Departamento de Ambiente e do Mar (DAM), e o Departamento de Reabilitação Urbana (DRU). Estas propostas irão ser contempladas numa nova versão do Plano.

Nos quadros apresentados nas páginas seguintes, é feito o balanço do grau de implementação dos mecanismos de controlo que ainda se encontram Por Implementar ou Em Implementação. Nas unidades orgânicas visadas, são apresentados, por área de atividade específica, os riscos de corrupção e infrações conexas identificados, a sua avaliação, as medidas propostas e a fase de implementação das mesmas, bem como os prazos estimados para a implementação plena dos mecanismos pendentes.

Para uma análise mais pormenorizada, podem ser consultados os Inquéritos de Avaliação Anual preenchidos pelas unidades orgânicas (ANEXO IV).

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)

- Departamento de Tecnologias de Informação (DTI)
  - Divisão de Infraestruturas de Redes e Sistemas (DIRS)
  - Divisão de Inovação (DINO)
  - Divisão de Segurança e Cibersegurança (DSEC)
  - Divisão de Serviços de Suporte Municipal (DSSM)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Em Implementação
Segurança da Informação	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização de registos de utilização da MFA (autenticação multifacetada) com recurso a dados biométricos	Em Implementação
	Eliminação/Alteração indevida de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise periódica dos registos de operações efetuadas	Em Implementação
							Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas	Em Implementação
							Ativação de alertas	Em Implementação
	Incumprimento do plano de *backups* definido	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo de operações e de verificação de backups	Em Implementação
	Ausência de verificação do estado dos dados de *backup*	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Revisão periódica das permissões atribuídas	Em Implementação
							Realizar testes de verificação	Em Implementação
							Análise periódica dos registos de operações efetuadas	Em Implementação
							Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas	Em Implementação
							Ativação de alerta	Em Implementação

No Departamento de Tecnologias de Informação (DTI), encontram-se Em Implementação 11 mecanismos de controlo associados às atividades de manutenção de infraestruturas e de segurança da informação, que permitem mitigar 2 situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido e 3 de grau de risco Moderado.

Relativamente aos riscos de grau Reduzido, a implementação dos procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção encontra-se pendente da revisão das componentes dos novos contratos e colaboração nas especificações, que está a ser efetuada em parceria com o Departamento de Obras e Manutenção de Edifícios (DME), tendo em vista assegurar a partilha de responsabilidades em todas as áreas críticas. Este projeto tem várias vertentes, pelo que apenas deverá ser concluído no final de 2025. Quanto ao registo de operações e de verificação de *backups*, exige uma nova solução de *backup* a ser adquirida até final de 2026.

A monitorização de registos de utilização da MFA (autenticação multifacetada) com recurso a dados biométricos, que permite mitigar o risco Moderado de controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, deverá ser implementada até final de 2026, encontra-se em produção em alguns elementos do DTI. Os leitores de impressão digital estão em fase de aquisição, para teste.

Relativamente ao risco de eliminação/ alteração indevida de dados, não é possível prever a conclusão da implementação dos mecanismos de análise periódica dos registos de operações efetuadas e de monitorização periódica dos dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/ sistemas porque não existe um sistema centralizador de todos os *logs,* dependendo de ações dos fabricantes. A ativação de alertas deverá ser implementada até final de 2025, encontrando-se dependente do contrato de manutenção do Portal GSS.

A implementação dos 5 mecanismos de mitigação do risco de ausência de verificação do estado dos dados de *backup* exige uma nova solução de *backup,* a ser adquirida até final de 2026.

Foi também apresentada proposta de alteração de mecanismo de controlo relacionado com a formalização de denúncias relativas a tratamento de dados através de Portal, devido a ser considerado suficiente o endereço eletrónico existente para o efeito.

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)

- Departamento de Recursos Humanos (DRH)
  - Divisão de Gestão e Valorização de Recursos Humanos (DGRH)
  - Divisão de Recrutamento e Gestão de Mobilidade (DREM)
  - Divisão de Formação e Desenvolvimento Organizacional (DFOR)
  - Divisão de Segurança e Saúde no Trabalho (DSST)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Recrutamento e Gestão de RH	Desadequação das propostas de mobilidade e/ou não avaliação de pedidos de mobilidade internos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de Diligência Devida	Por Implementar
Gestão Financeira	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de verbas e valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de manual de procedimentos	Por Implementar

No Departamento de Recursos Humanos (DRH), encontram-se Por Implementar os mecanismos de realização da diligência devida e da existência de manual de procedimentos, que permitem mitigar situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido.

A realização da diligência devida possibilita a mitigação do risco de desadequação das propostas de mobilidade e/ou não avaliação de pedidos de mobilidade internos, associado à atividade de recrutamento e gestão de recursos humanos. Este mecanismo deverá estar plenamente implementado a partir do próximo pedido de mobilidade.

Relativamente à existência de manual de procedimentos para mitigação do risco de controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de verbas e valores, associado à atividade de gestão financeira, consideram-se suficientes os requisitos legais e programa informático existentes, que tornam desnecessária a implementação deste mecanismo.

No âmbito das atividades de manutenção de equipamentos e de gestão financeira, foram ainda apresentadas propostas de alteração de alguns dos mecanismos de controlo Por Implementar, devido a terem sido considerados não aplicáveis.

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

- Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP)
  - Divisão de Gestão Patrimonial Móvel (DGPM)
  - Divisão de Gestão Patrimonial Imóvel (DGPI)
  - Divisão de Gestão de Propriedade Imobiliária Urbana (DGPU)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens Imóveis adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Em Implementação
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis Digitalização/desmaterialização de processos	Em Implementação

No Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP), encontram-se Em Implementação 5 mecanismos de controlo associados à atividade de gestão do património municipal, que permitem mitigar 4 situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido e 1 de grau de risco Moderado.

Relativamente aos riscos de grau Reduzido, encontra-se a ser preparado o lançamento do concurso para o sistema de registo e de inventário e registo dos bens imóveis, que deverá estar concluído até final de outubro de 2025. A base de dados para mitigar o risco de materiais armazenados sem reflexo contabilístico já foi disponibilizada e está a ser carregada, prevendo-se a finalização do processo dentro dos próximos meses. No caso de bens em serviços que possam ser alvo de apropriação indevida ou de gestão incorreta, deveria ser adquirido um sistema que permitisse o controlo automático da circulação dos bens. Quanto à digitalização/ desmaterialização dos processos e documentos que correm o risco de serem deslocados do Arquivo para os serviços, mantém-se por finalizar devido à escassez do tempo disponível das equipas.

O risco Moderado de ausência de medidas/ práticas de conservação preventiva encontra-se a ser mitigado pela digitalização de todos os processos novos em algumas áreas. Os processos antigos estão ainda a ser digitalizados à medida que são utilizados, não sendo possível prever o prazo de implementação plena deste mecanismo de controlo.

Foi também apresentada proposta de alteração de mecanismo de controlo relacionado com ações de conservação do espólio documental/processual, devido a ter sido considerado não aplicável.

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

- Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC)
  - Divisão de Receitas Municipais (DRMU)
  - Divisão de Registo e Controlo de Despesas (DRCD)
  - Divisão de Controlo de Gestão (DCGE)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Em Implementação
Controlo Interno	Incumprimento da programação de realização de auditorias	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Em Implementação
	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Em Implementação
Gestão Financeira	Reporte de informação desatualizada ou incorreta	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Base de dados, automatizada, que forneça os dados de reporte obrigatório	Em Implementação

No Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC), encontram-se Em Implementação 4 mecanismos de controlo associados às atividades de recebimento de taxas, licenças e outros valores, de controlo interno e de gestão financeira. Estes mecanismos mitigam situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido.

A sensibilização dos munícipes para a solicitação do recibo da operação de pagamento encontra-se dependente da possibilidade de os equipamentos culturais municipais emitirem as faturas/recibo diretamente no ato da venda, pelo que até ao final do mês de maio de 2025 deverão ser criados utilizadores no ERP da faturação, ser ministrada formação aos utilizadores e efetuada a ligação dos computadores às impressoras de talões.

Relativamente à subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses para mitigação de situações de risco relacionadas com a realização e seguimento das auditorias associadas à atividade de controlo interno, prevê-se a implementação plena deste mecanismo até final de abril de 2025.

No âmbito da atividade de gestão financeira, para a mitigação do risco de reporte de informação desatualizada ou incorreta irá contribuir a implementação de uma base de dados automatizada, que forneça os dados de reporte obrigatório. Prevê-se a implementação deste mecanismo até final de 2025.

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

- Departamento de Apoio à Gestão (DAG)
  - Divisão de Acompanhamento de Concessões do Domínio Público Marítimo (DACN)
  - Divisão de Acompanhamento da Descentralização de Competências (DADC)
  - Divisão de Apoio à Gestão (DAPG)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Elaboração de candidaturas de valorização	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
	Ausência de articulação entre as UO originando a duplicação de iniciativas	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Criação de meios de comunicação internos, relativos às candidaturas de valorização	Por Implementar

No Departamento de Apoio à Gestão (DAG), encontram-se Por Implementar os mecanismos de sistema de informação para monitorização dos apoios concedidos e de criação de meios de comunicação internos relativos às candidaturas de valorização. Estes mecanismos estão associados à atividade de elaboração de candidaturas de valorização e permitem mitigar situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido e Moderado, respetivamente.

Face à implementação dos restantes mecanismos de mitigação do risco de ausência ou deficiente reporte de execução, considera-se desnecessária a criação de um sistema de informação para monitorização dos apoios concedidos. O apoio à ACNUR é atribuído uma única vez e já se encontra salvaguardado pelo acompanhamento da execução do projeto e pela verificação no local.

Relativamente à criação de meios de comunicação internos relativos às candidaturas de valorização para mitigação do risco de ausência de articulação entre as unidades orgânicas, que poderá originar a duplicação de candidaturas, deverá ser partilhada a comunicação no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM).

No âmbito da atividade de gestão do domínio público marítimo e hídrico, foram ainda apresentadas propostas de alteração de alguns dos mecanismos de controlo, devido a terem sido considerados não aplicáveis.

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)

- Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL)
  - Divisão de Implementação e Acompanhamento de Projetos (DIAP)
  - Divisão de Projetos Cofinanciados (DCOF)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos Cofinanciados	Duplo financiamento	1	3	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Norma para inclusão no Manual de Procedimentos	Em Implementação
							Divulgação das normas estabelecidas para a gestão de projetos comparticipados no Município	Em Implementação
							Implementação de melhoria para reconhecimento do financiamento da despesa no módulo de gestão financeira (SNC), com identificação da operação financiada, taxa de afetação e/ou a respetiva elegibilidade da despesa;	Em Implementação
							Implementação no Sistema de Normalização Contabilística (AIRC) de um módulo dedicado ao reconhecimento dos subsídios de investimento / financiamento inventariado	Em Implementação
	Utilização indevida dos apoios pelo Município	1	3	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Norma para o acompanhamento e controlo das operações comparticipadas (vertida no Manual de Procedimentos) que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	2	2	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Norma para o acompanhamento e controlo das operações comparticipadas (vertida no Manual de Procedimentos) que garante a uniformização dos procedimentos	Em Implementação
	Incorreta verificação da conformidade da despesa	2	2	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Norma vertida no Manual de Procedimentos que garante a uniformização na verificação da conformidade da despesa	Em Implementação

No Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL), encontram-se Em Implementação 7 mecanismos de controlo associados à atividade de projetos cofinanciados, que permitem mitigar 4 situações estimadas como sendo de grau de risco Moderado.

A implementação plena de todos os mecanismos de mitigação das situações de risco identificadas deverá ocorrer até ao final do 1.º semestre de 2025.

Relativamente aos mecanismos de controlo do risco de duplo financiamento, a implementação de melhorias para reconhecimento do financiamento da despesa no módulo de gestão financeira, bem como a implementação de um módulo dedicado ao reconhecimento dos subsídios de investimento/financiamento inventariado, estão a ser implementados no Departamento Financeiro. Após a conclusão das melhorias, será dado acesso ao DPL.

Direção Municipal de Cultura (DMCL)

- Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP)
  - Divisão de Museus (DMUS)
  - Divisão de Promoção Cultural (DPRO)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos	Em Implementação

No Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP), encontra-se Em Implementação o mecanismo de elaboração e divulgação dos manuais de procedimento. Este mecanismo permite mitigar o risco de tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal, uma situação estimada como sendo de grau de risco Reduzido.

Em parceria com o Serviço Municipal de Proteção Civil (SPC), está a ser elaborado o manual de procedimentos para situações de catástrofe, tendo já sido realizados simulacros nos diversos edifícios. Prevê-se a conclusão da implementação deste mecanismo até final de 2025.

No âmbito das atividades de atendimento a munícipes e outras partes interessadas, de manutenção de edifícios e de comunicação, foram ainda apresentadas propostas de alteração de alguns dos mecanismos de controlo, devido a terem sido considerados não aplicáveis.

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)

- Departamento de Promoção de Habitação (DPH)
  - Divisão de Projetos (DPRJ)
  - Divisão de Obras (DOBR)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos de Obras Municipais	Favorecimento de Processo de escolha de Entidades parceiras que intervenham no Processo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento e controlo do Projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte da execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
Carta Municipal de Habitação	Favorecimento de Processo de escolha de Entidades parceiras que intervenham no Processo	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento da fase de diagnóstico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento da fase de definição de objetivo e instrumentos de intervenção	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento da proposta final	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte da execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação

No Departamento de Promoção de Habitação (DPH), encontra-se Em Implementação o procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses. Este mecanismo visa mitigar 8 situações de risco associadas às atividades de projetos de obras municipais e da carta municipal de habitação, estimadas como sendo de grau Reduzido ou Moderado.

A elaboração e implementação do Manual de Procedimentos do DPH deverá ocorrer até ao final do 1.º semestre de 2026.

Conforme poderá ser observado no quadro da página seguinte, encontram-se Por Implementar os mecanismos de mitigação dos riscos associados à atividade de execução de obras municipais, devido a esta atividade ainda não se encontrar a ser desenvolvida pelo DPH.

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar
							Elaboração de relatórios de controlo	Por Implementar
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Por Implementar
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Por Implementar
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Por Implementar
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Por Implementar
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar
							Dinamização do Canal de Denúncias	Por Implementar
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar
							Elaboração de relatórios de controlo	Por Implementar
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Por Implementar
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Por Implementar
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Por Implementar
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Por Implementar
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar
							Elaboração de relatórios de controlo	Por Implementar
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Por Implementar
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial	Por Implementar
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Por Implementar
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Por Implementar
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Por Implementar

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)

- Departamento de Licenciamentos Urbanísticos (DLU)
  - Divisão de Licenciamentos de Operações Urbanísticas (DLOU)
  - Divisão de Loteamentos e Reconversão Urbana (DLRA)
  - Divisão de Gestão Administrativa (DGEA)
  - Divisão de Centros Históricos (DICH)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Em Implementação
							Atribuição de tarefas com prazo a cada funcionário por parte da chefia direta, nos casos de incumprimento sistemático de prazos	Em Implementação
							Implementação de Power BI de prestação de serviço de cada divisão do departamento	Em Implementação

No Departamento de Licenciamentos Urbanísticos (DLU), encontram-se Em Implementação os procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, a atribuição de tarefas com prazo definido aos funcionários com incumprimento sistemático de prazos e o Power BI de prestação de serviço de cada Divisão. Estes mecanismos estão associados à atividade de licenciamentos e permitem mitigar a situação de incumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação, estimada como sendo de grau de risco Reduzido.

A implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos encontra-se limitada pelo facto de o sistema SPO não permitir a obtenção de relatórios sistemáticos, estando prevista a definição de *workflow* para tipos de processos.

No caso dos funcionários com incumprimento sistemático de prazos, encontra-se em avaliação a respetiva atribuição de tarefas com prazo definido pelas chefias diretas.

Quanto ao Power BI, está em fase de avaliação dos dados obtidos e de deteção de eventuais erros.

A implementação plena de todos os mecanismos de mitigação das situações de risco identificadas deverá ocorrer no prazo de 6 meses.

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)

- Divisão de Licenciamentos Económicos (DLEC)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação/decisão	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Em Implementação
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Em Implementação
Cobrança de taxas	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Por Implementar

Na Divisão de Licenciamentos Económicos (DLEC), encontram-se Em Implementação os mecanismos de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos e o sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos, associados à atividade de licenciamentos. A sensibilização dos munícipes para a solicitação de recibo da operação de pagamento, associada à atividade de cobrança de taxas, encontra-se Por Implementar. Estes mecanismos permitem mitigar situações estimadas como sendo de grau de risco Moderado.

A implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação/ decisão encontra-se a decorrer e deverá ser concluída antes do final do 1.º semestre de 2025. Os diferentes intervenientes estão a ser sensibilizados para o cumprimento dos prazos.

Quanto ao sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos, deverá ser concluído no prazo de 90 dias. Estão a ser realizados testes internos para a implementação de sistemas de alarme na aplicação informática.

No âmbito da cobrança de taxas, o mecanismo de sensibilização dos munícipes para a solicitação de recibo da operação de pagamento, tendo em vista a mitigação do risco de falta de cobrança ou cobrança indevida, encontra-se desadequado devido à faturação já estar a ser realizada de forma eletrónica. Assim, este mecanismo deverá ser substituído pelo controlo das contas correntes das entidades, que já se encontra Implementado.

Direção Municipal de Projetos Estruturantes (DMES)

- Divisão de Projetos Estruturantes (DPES)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de controle e enquadradas pela cadeia hierárquica	Em Implementação
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Execução de revisão de projeto	Por Implementar
							Controle de Trabalhos complementares em todas as reuniões de obra	Em Implementação
	Deficiente controlo do plano de investimentos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de reuniões de acompanhamento com a área financeira	Em Implementação

Na Divisão de Projetos Estruturantes (DPES), encontram-se Em Implementação os mecanismos de realização de ações de controlo enquadradas pela cadeia hierárquica, o controlo de trabalhos complementares em todas as reuniões de obra e a realização de reuniões de acompanhamento com a área financeira, associados à atividade de execução de obras municipais. A execução de revisão de projeto encontra-se Por Implementar. Estes mecanismos permitem mitigar situações estimadas como sendo de grau de risco Moderado.

A realização de ações de controlo enquadradas pela cadeia hierárquica, o controlo de trabalhos complementares em todas as reuniões de obra e a realização de reuniões de acompanhamento com a área financeira encontram-se a decorrer até à conclusão das empreitadas. Estes mecanismos permitem controlar as situações de risco relacionadas com o deficiente controlo da execução e orçamento da obra, o elevado volume de trabalhos complementares e o deficiente controlo do plano de investimentos.

Quanto ao mecanismo de execução de revisão de projeto, foi considerado desadequado à mitigação do risco de elevado volume de trabalhos complementares, pelo que irá ser retirado.

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)

- Departamento de Ambiente e do Mar (DAM)
  - Divisão de Gestão de Estrutura Verde (DGEV)
  - Divisão de Qualificação Ambiental (DQAM)
  - Divisão de Ribeiras e Inteligências Hídricas (DRIH)
  - Divisão da Transição Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (DTAS)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
Realização de Programas Parceria	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
Realização de Projetos Participativos	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação

No Departamento de Ambiente e do Mar (DAM), encontra-se Em Implementação a norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade. Este mecanismo visa mitigar 3 situações de risco associadas às atividades de atribuição de apoios financeiros, realização de programas de parceria e realização de projetos participativos, estimadas como sendo de grau Reduzido.

A implementação da norma interna encontra-se a decorrer e deverá estar concluída no prazo de 3 meses.

No âmbito das atividades de realização de projetos participativos, projetos cofinanciados e planeamento e ordenamento do território, foram ainda apresentadas propostas de alteração de alguns dos mecanismos de controlo Por Implementar, devido a terem sido considerados não aplicáveis.

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)

- Departamento de Participação e Cidadania (DPC)
  - Divisão de Cidadania e Participação (DCIP)
  - Divisão de Orçamentos Participativos (DOPA)
  - Divisão de Voluntariado (DVOL)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
Realização de Programas Parceria	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
Realização de Projetos Participativos	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar

No Departamento de Participação e Cidadania (DPC), encontra-se Por Implementar o sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos. Este mecanismo visa mitigar 5 situações de risco associadas às atividades de atribuição de apoios financeiros, realização de programas de parceria e realização de projetos participativos, estimadas como sendo de grau Reduzido ou Moderado.

A implementação do sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos irá disponibilizar uma plataforma para introduzir os dados de apoio de correntes. Este mecanismo permitirá controlar as situações de risco relacionadas com a utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a atribuição dos apoios, a ausência ou deficiente reporte de execução e a utilização indevida dos apoios pelas entidades. O sistema de informação deverá ser implementado até final de 2026.

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

- Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS)
  - Divisão de Planeamento e Rede Social (DRES)
  - Divisão de Promoção da Infância e do Envelhecimento Ativo (DPIE)
  - Divisão de Recursos para a Inclusão Social (DRIS)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Por Implementar
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
Atribuição de Apoios Sociais	Utilização pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Por Implementar
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
Realização de Programas Parceria	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios, objetividade e transparência nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)	Por Implementar
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Por Implementar
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte de execução reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
Realização de Projetos Participativos	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Por Implementar
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação

No Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS), encontra-se Por Implementar a norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade. Em Implementação, encontra-se o sistema de informação para a monitorização da aplicação dos apoios concedidos. Estes mecanismos visam mitigar 8 situações de risco associadas às atividades de atribuição de apoios financeiros e sociais, realização de programas de parceria e realização de projetos participativos, estimadas como sendo de grau Reduzido ou Moderado.

A implementação da norma interna encontra-se dependente da conclusão da sistematização de fluxos de trabalho, que está em curso. Prevê-se a implementação da norma até final de junho de 2025.

Quanto ao sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos, a plataforma de benefícios públicos irá ser utilizada pela primeira vez para um dos principais programas de financiamento na área do envelhecimento. Para tal, foi necessário proceder a adaptações específicas. Pretende-se que, gradualmente, todos os programas de financiamento sejam geridos pela plataforma. O sistema de informação deverá ser implementado até final de abril de 2025.

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

- Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS)
  - Divisão de Solidariedade Social e Qualidade de Vida (DSQV)
  - Divisão de Promoção da Saúde e Bem Estar (DSBM)
  - Divisão de Intervenção Comunitária (DINC)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Munícipes e outras Partes Interessadas	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do munícipe	Por Implementar
Atribuição de Subsídios	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
Realização de Programas Parceria	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação

No Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS), encontra-se Por Implementar o sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do munícipe com o atendimento municipal. Os meios de controlo da aplicação dos apoios concedidos encontram-se Em Implementação. Estes mecanismos visam mitigar 3 situações de risco associadas às atividades de atribuição de atendimento a munícipes e outras partes interessadas, atribuição de subsídios e realização de programas de parceria, estimadas como sendo de grau Reduzido.

A implementação do sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do munícipe com o atendimento municipal irá permitir controlar o risco relacionado com informação incorreta/ desadequada transmitida aos cidadãos. Prevê-se a implementação do sistema até final de 2025.

Quanto aos meios de controlo da aplicação dos apoios concedidos sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos, encontram-se a ser trabalhados e deverão ser implementados até final de 2025.

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)

- Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF)
  - Divisão de Desenvolvimento Desportivo (DESP)
  - Divisão de Promoção da Atividade Física (DPAF)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	2	1	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Em Implementação
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Por Implementar
							Realização de Diligência Devida	Em Implementação
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Por Implementar
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Fundamentação técnico-jurídica	Por Implementar
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Por Implementar

No Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF), encontram-se Em Implementação os mecanismos de digitalização/ desmaterialização de processos e a realização da diligência devida, associados às atividades de gestão do património municipal e de atribuição de apoios financeiros. A existência de uma equipa multidisciplinar, que assegure uma análise rigorosa e imparcial, a fundamentação técnico-jurídica dos apoios a atribuir e a constituição de um grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperado nas iniciativas/ programas, associados às atividades de atribuição de apoios financeiros e de realização de programas de parceria, encontram-se Por Implementar. Estes mecanismos permitem mitigar 5 situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido.

A digitalização/ desmaterialização de processos depende do alinhamento de todas as áreas do Município neste processo, sendo necessário aumentar o número de utilizadores da assinatura digital. Para tal, deveriam ser emitidas diretivas concisas para todo o universo municipal. A plena implementação deste mecanismo deverá ocorrer apenas no final de 2026.

A realização da diligência devida é um mecanismo recente, cuja implementação está a decorrer e que deverá estar inserido em todos os processos no início da próxima época desportiva.

A existência de uma equipa multidisciplinar, que assegure uma análise rigorosa e imparcial da atribuição de apoios, depende de um aumento dos recursos humanos. Neste momento, a análise é efetuada pelos Técnicos que acompanham o processo e respetiva chefia. A abertura de procedimento concursal, ainda sem prazo definido, permitirá ter uma equipa especializada e focada nos procedimentos financeiros, beneficiando também a implementação dos mecanismos de fundamentação técnico-jurídica dos apoios a atribuir e da constituição de um grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperado nas iniciativas/ programas.

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)

- Centro de Recolha Oficial Animal (CROA)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Munícipes e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Em Implementação
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC)	Em Implementação

Analisando a autoavaliação efetuada pelo Centro de Recolha Oficial Animal (CROA), verifica-se que se encontra Em Implementação o mecanismo de registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC), associado à atividade de atendimento a munícipes e outras partes interessadas. Este mecanismo permite mitigar 2 situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido.

A implementação do registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC) irá permitir controlar os riscos relacionados com o deficiente registo de reclamações/ petições e sugestões e com a informação incorreta/ desadequada transmitida aos cidadãos. A implementação plena do mecanismo dependerá do tempo associado à operação.

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)

- Departamento de Transportes e Manutenção Auto (DTM)
  - Divisão de Análise de Dados e Apoio à Gestão (DADA)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Planeamento e Gestão de Transportes	Deficiente supervisão e fiscalização da atividade dos operadores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização da qualidade do serviço prestado	Em Implementação
	Insuficiente fundamentação na tomada de decisão	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de critérios de análise pré-definidos	Em Implementação
							Fundamentação técnico-jurídica	Em Implementação
	Inadequada monitorização dos serviços de transporte de passageiros e carga de mercadorias	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódico	Em Implementação

No Departamento de Transportes e Manutenção Auto (DTM), encontram-se Em Implementação a monitorização da qualidade do serviço prestado, a existência de critérios de análise pré-definidos, a fundamentação técnico-jurídica e a elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódica. Estes mecanismos estão associados à atividade de planeamento e gestão de transportes e permitem mitigar 3 situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido.

Os mecanismos relacionados com a monitorização da qualidade do serviço prestado e a elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódica dependem da operacionalização da plataforma informática de gestão de frota. Estes mecanismos irão permitir controlar os riscos de deficiente supervisão e fiscalização das atividades dos operadores e de inadequada monitorização dos serviços de transporte de passageiros e carga de mercadorias.

Quanto à implementação dos mecanismos de existência de critérios de análise pré-definidos e de fundamentação técnico-jurídica, tendo em vista a mitigação do risco de insuficiente fundamentação na tomada de decisão, encontram-se dependentes da atualização do Regulamento Interno de Uso e Cedência de Veículos Municipais.

A implementação plena de todos os mecanismos de mitigação das situações de risco identificadas deverá ocorrer até ao final do 1.º semestre de 2025.

3. CONCLUSÃO

Nos termos definidos no RGPC, a avaliação anual do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas visou, em particular, quantificar o grau de implementação das medidas transversais e específicas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação.

Da análise efetuada, constatou-se que, nos 61 mecanismos de controlo transversais a todas as atividades, 37 já se encontram totalmente Implementados, tendo sido considerados eficazes. Quanto aos restantes 24 mecanismos, encontram-se Em Implementação em 9 Departamentos/ Divisões, prevendo-se a plena implementação da maior parte destes mecanismos ainda durante o presente ano.

Nas 16 situações de riscos transversais identificadas, a maioria foi estimada como sendo de grau Moderado, existindo apenas 1 situação de grau Reduzido. Para esta situação, foram definidos 7 mecanismos de mitigação, tendo sido definidos 54 para mitigação das situações de grau de risco Moderado.

Relativamente às situações de risco específicas de cada unidade orgânica, as 148 unidades orgânicas respondentes aos Inquéritos de Avaliação Anual, identificaram 536 situações de risco, no âmbito das 38 áreas específicas de intervenção, para as quais foram definidos um total de 1.628 mecanismos de controlo.

Em termos globais, verificou-se que cerca de 87% das situações identificadas foi estimada como de grau de risco Reduzido e 13% de grau Moderado. Não foram estimadas situações como de grau de risco Elevado.

Quanto à implementação dos mecanismos de controlo específicos de cada unidade orgânica, importa ressalvar que a maioria (93%) dos mecanismos de controlo previstos encontram-se, na sua generalidade, Implementados, contribuindo de forma determinante para a redução da probabilidade de ocorrência de riscos de corrupção e infrações conexas. Nas situações estimadas como de grau de risco Reduzido, a percentagem de medidas Implementadas atinge os 96%, encontrando-se 79% das medidas Implementadas nas situações de risco Moderado.

No âmbito da promoção pelo Município de Cascais de uma cultura de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, assente na sistematização de procedimentos e no incremento da transparência e rigor, cabe destacar a manutenção da implementação contínua das seguintes medidas:

- Cumprimento do Sistema de Gestão Anticorrupção, em concordância com os requisitos da Norma ISO 37001:2016;
- Sensibilização para a Política Anticorrupção e para os princípios éticos institucionais que constam do Código de Ética e Conduta;

- Subscrição por todos os trabalhadores e colaboradores da Declaração de Conhecimento da Política Anticorrupção;
- Cumprimento do estipulado no Manual de Gestão de Conflitos de Interesses;
- Tramitação de todas as denúncias através dos Canais de Denúncia Interna e Externa;
- Promoção de ações de formação no âmbito da prevenção da corrupção e infrações conexas;
- Disponibilização de informação pública atualizada e de forma simples e acessível;
- Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno;
- Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas;
- Avaliação, revisão e atualização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

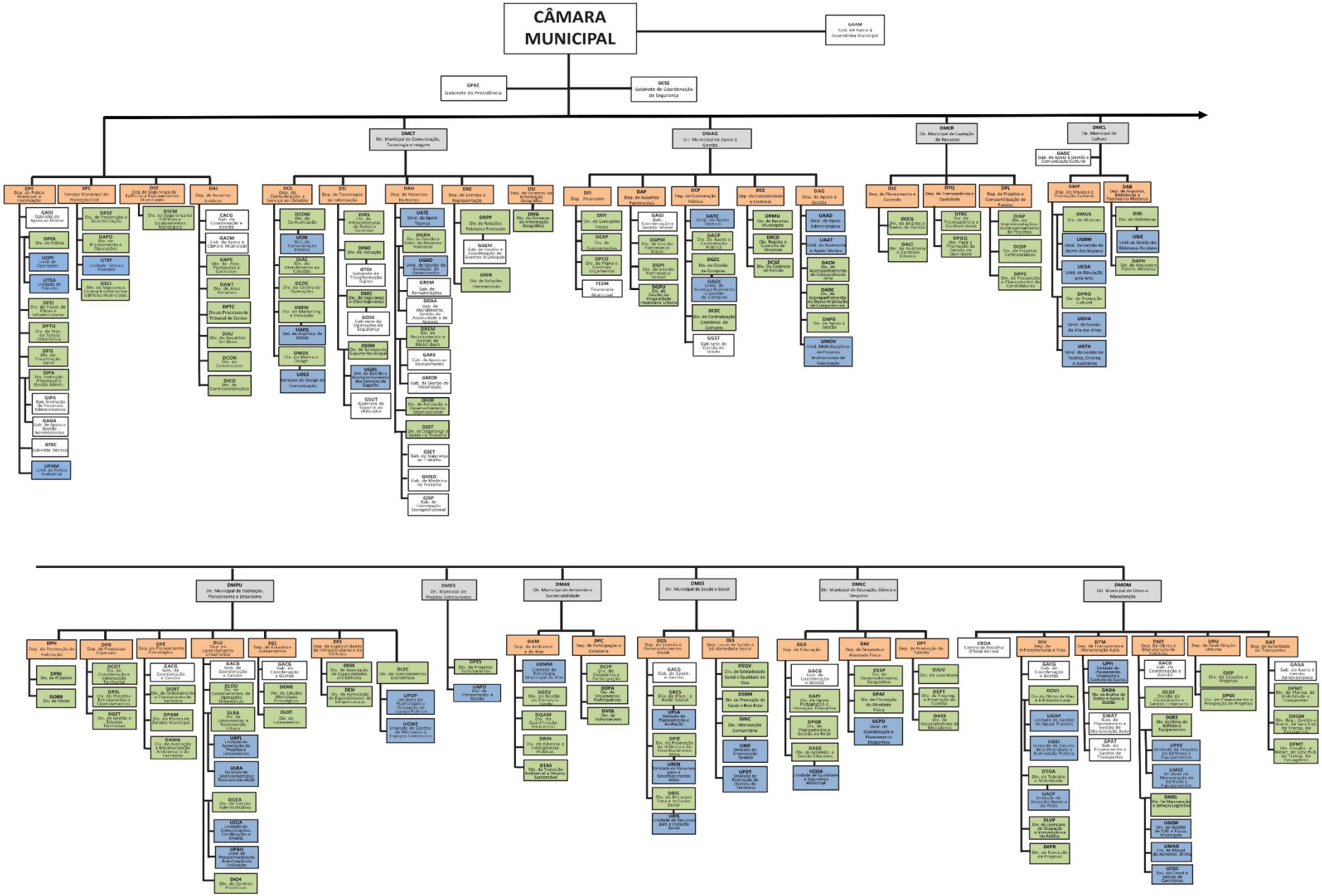
Relativamente às medidas não implementadas, concluiu-se que 51% destas medidas são relativas a situações de grau de risco Reduzido e 49% a grau de risco Reduzido. Muitas destas medidas deverão ser implementadas até ao final do corrente ano.

Os resultados apurados no presente relatório serão objeto de acompanhamento e monitorização pela Chefia da Divisão de Transparência e Conformidade (DTRC), em estreita articulação com os dirigentes das unidades orgânicas. Cabe ao Responsável pelo Cumprimento Normativo acompanhar a execução, controlo e revisão do Plano.

As propostas de reformulação dos mecanismos de controlo dos riscos, bem como da sua aplicabilidade, irão agora ser integradas numa nova versão do Plano, tendo em vista uma adequação plena às atividades desenvolvidas pelas unidades orgânicas.

ANEXOS

ANEXO I – ORGANOGRAMA DA MACROESTRUTURA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS


CÂMARA MUNICIPAL
GAAM Gab. de Apoio à Assembleia Municipal
GPRE Gabinete da Presidência
GCSE Gabinete de Coordenação de Segurança
DMCT Dir. Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem
DMAG Dir. Municipal de Apoio à Gestão
DMCR Dir. Municipal de Captação de Recursos
DMCL Dir. Municipal de Cultura
GAGC Gab. de Apoio à Gestão e Comunicação Cultural
DPI Dep. da Polícia Municipal e Fiscalização
GADI Gabinete de Apoio ao Diretor
DPOL Div. de Polícia
UOPI Unid. de Operações
UTRA Unidade de Trânsito
DFEI Div. de Fiscal. de Obras e Infraestruturas
DPTU Div. de Prec. do Tráfego Urbanístico
DFIS Div. da Fiscalização Geral
DIPA Div. Instrução de Processos e Gestão Admin.
GIPA Gab. Instrução de Proc. Administrativos
GAGA Gab. de Apoio e Gestão Administrativa
GTEC Gabinete Técnico
UPAM Unid. de Polícia Ambiental
SPC Serviço Municipal de Proteção Civil
DPSF Div. de Prevenção e Sensibilização
DAPO Div. de Planeamento e Operações
UTEF Unidade Técnica Florestal
DSCI Div. da Segurança Contra Incêndios em Edifícios Municipais
DSE Dep. de Segurança de Edifícios e Equipamentos Municipais
DSEM Div. da Segurança de Edifícios e Equipamentos Municipais
DAJ Dep. de Assuntos Jurídicos
CACG Gab. de Coordenação e Gestão
GACM Gab. de Apoio à Câmara Municipal
DAPC Div. de Apoio Jurídico e Contratos
DANT Div. de Atos Notariais
DPTC Div. dos Processos de Tribunal de Contas
DHJU Div. de Assuntos Jurídicos
DCON Div. de Contraordenações
DICO Div. de Contraordenações
DCS Dep. da Comunicação e Serviço ao Cidadão
DCOM Div. de Comunicação
UCN Unid. de Comunicação Interna
DIAC Div. de Atendimento ao Cidadão
DCOC Div. do Centro de Operações
DMIN Div. de Marketing e Inovação
UADS Unid. de Análise de Dados
DMDE Div. de Marca e Design
UDES Unidade de Design da Comunicação
DTI Dep. de Tecnologias de Informação
DIRS Div. de Infraestruturas de Rede e Sistemas
DINO Div. de Inovação
GTDI Gabinete de Transformação Digital
DSEC Div. de Segurança Cibersegurança
GDSK Gabinete de Operações de Segurança
DSSM Div. de Serviços de Suporte Municipal
UGAS Unid. de Gestão e Acompanhamento dos Serviços de Suporte
GSUT Gabinete de Suporte ao Utilizador
DRH Dep. de Recursos Humanos
UATE Unid. de Apoio Técnico
DGRH Div. de Gestão e Valorização de Recursos Humanos
UGAD Unid. de Gestão da Avaliação do Desempenho
GREM Gab. de Remunerações
GGAA Gab. de Atendimento, Gestão de Assiduidade e de Ausências
DREM Div. de Recrutamento e Gestão de Mobilidade
GARE Gab. de Apoio ao Recrutamento
GMOB Gab. de Gestão de Mobilidade
DFOR Div. de Formação e Desenvolvimento Organizacional
DSST Div. de Segurança e Saúde no Trabalho
GSET Gab. do Segurança no Trabalho
GMED Gab. de Medicina no Trabalho
GISP Gab. de Intervenção Sociopsicossocial
DRE Dep. de Eventos e Representação
DRPP Div. de Relações Públicas e Protocolo
GGEM Gab. de Gestão e Promoção de Eventos Municipais
DRIN Div. de Relações Internacionais
DSI Dep. de Sistemas de Informação Geográfica
DSIG Div. de Sistemas de Informação Geográfica
DFI Dep. Financeiro
DEFI Div. de Execuções Fiscais
DEXP Div. de Expropriações
DPCO Div. de Controlo e Certificação Orçamental
TESM Tesouraria Municipal
DAP Dep. de Ativos Patrimoniais
GAGI Gab. de Coordenação e Gestão Imobiliária
DGPM Div. de Gestão Patrimonial Móveis
DGPI Div. de Gestão Patrimonial Imóveis
DGPU Div. de Gestão de Propriedade Imobiliária Urbana
DCP Dep. de Contratação Pública
UATC Unid. de Apoio Técnico
DACP Div. De Apoio à Contratação Pública
DGEC Div. de Gestão de Compras
UAGC Unid. de Acompanhamento e Gestão de Compras
DCEC Div. de Centralização Eletrónica de Compras
GGS Gabinete de Gestão de Stocks
DCC Dep. de Contabilidade e Controlo
DRMU Div. de Receitas Municipais
DRCD Div. Registo e Controlo de Despesas
DCGE Div. De Controlo de Gestão
DAG Dep. de Apoio à Gestão
UAAD Unid. de Apoio Administrativo
UAAT Unid. de Assistente e Apoio Técnico
DACN Div. de Acompanhamento da Concessão do DMM
DADC Div. de Acompanhamento do Desenvolvimento de Competências
DAPG Div. de Apoio à Gestão
UMOV Unid. Multidisciplinar de Projetos Institucionais de Valorização
DLC Dep. de Planeamento e Controlo
DCCG Div. do Arquivo e Gestão de Gestão
DACI Div. de Auditoria e Controlo Interno
DTQ Dep. de Transparência e Qualidade
DTRC Div. de Transparência e Conformidade
DPQQ Div. Para a Promoção da Gestão da Qualidade
DPL Dep. de Projetos e Comportificação do Fundos
DIAP Div. de Implementação e Acompanhamento de Projetos
DCOF Div. de Projetos Comunitários
DPPC Div. de Prospecção e Planeamento de Candidaturas
DMP Dep. dos Museus e Promoção Cultural
DMUS Div. de Museus
UGBM Unid. de Gestão do Bairro dos Museus
UEDA Unid. de Educação pela Arte
DPRO Div. de Promoção Cultural
UGVA Unid. de Gestão da Vila das Artes
UGTA Unid. de Gestão de Teatros, Cinema e Auditórios
DAB Dep. de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico
DIBI Div. de Bibliotecas
UBIE Unid. de Gestão das Bibliotecas Escolares
DAPH Div. de Arquivos e Patrim. Histórico
DMPU Dir. Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo
DPH Dep. de Promoção de Habitação
DPRJ Div. de Projetos
DOBR Div. de Obras
DPR Dep. de Processos Especiais
DCOT Div. de Coordenação e Valorização Territorial
DPRL Div. de Projetos Estruturantes e Licenciamentos
DGET Div. de Gestão e Estudos Territoriais
DPE Dep. do Planeamento Estratégico
GACG Gab. de Coordenação e Gestão
DOAT Div. do Ordenamento e Planeamento do Território
DPAM Div. de Planos de Âmbito Municipal
DAMA Div. de Avaliação e Monitorização Ambiental do Território
DLU Dep. de Licenciamento Urbanístico
GACG Gab. de Coordenação e Gestão
DLOU Div. de Licenciamentos de Operações Urbanísticas
DIRA Div. de Licenciamentos e Reconversão Urbana
UAPL Unidade de Apoio a Projetos e Loteamentos
URA Unidade de Licenciamentos Reconversão AUGI
DGEA Div. de Gestão Administrativa
UCCA Unidade de Comunicações, Consultadoria e Atendimento
UPAU Unid. de Procedimentos de Autorização de Utilização
DICH Div. de Centros Históricos
DEL Dep. de Estudos e Loteamentos
GACG Gab. de Coordenação e Gestão
DEME Div. de Estudos Ambientais e Paisagísticos
DLOT Div. de Loteamentos
DFS Dep. de Especialidades de Infraestruturas e de Edifícios
DESE Div. de Apreciação de Especialidades em Edifícios
DESI Div. de Apreciação de Especialidades de Infraestruturas
DLEC Div. de Licenciamentos Económicos
UPOP Unidade de Publicidade e Ocupação de Espaço Público
UGME Unidade de Gestão de Mercados e Espaços Comerciais
DMES Dir. Municipal de Projetos Estruturantes
GPES Div. de Projetos Estruturantes
UAPO Unid. de Planeamento e Gestão
DMAS Dir. Municipal de Ambiente e Sustentabilidade
DAM Dep. de Ambiente e do Mar
UEMM Unidade de Estratégia Municipal do Mar
DGEV Div. de Gestão de Estruturas Verdes
DQAM Div. de Qualificação Ambiental
DRIH Div. de Ribeiras e Intelligências Hídricas
DTAS Div. de Transição Ambiental e Desenv. Sustentável
DPC Dep. de Participação e Cidadania
DCIP Div. de Cidadania e Participação
DOPA Div. de Orçamentos Participativos
DVOL Div. de Voluntariado
DMSS Dir. Municipal de Saúde e Social
DDS Dep. de Coesão e Desenvolvimento Social
GACG Gab. de Coord. e Gestão
DRES Div. de Plan. e Rede Social
UPLA Unidade de Planeamento e Avaliação
DPIE Div. de Promoção da Inclusão e do Envelhecimento Ativo
UREN Unidade de Recursos para o Envelhecimento Ativo
DRIS Div. de Recursos Para a Inclusão Social
URIS Unidade de Recursos para a Inclusão Social
DLS Dep. Local de Saúde e Solidariedade Social
DSQV Div. de Salubridade Social e Qualidade de Vida
DSBM Div. de Promoção da Saúde e Bem-Estar
DINC Div. Intervenção Comunitária
UNIF Unidade de Intervenção Familiar
UPOT Unidade de Promoção de Direitos do Território
DMEC Dir. Municipal de Educação, Ciência e Desporto
DED Dep. de Educação
GACG Gab. de Coordenação e Gestão
DAPI Div. de Apoio Pedagógico e Inovação Educativa
DPGR Div. de Planeamento e Gestão da Rede
DAGE Div. de Administr. e Gestão Escolares
UGSA Unidade de Qualidade e Segurança Alimentar
DAF Dep. de Desporto e Atividade Física
DESP Div. de Desenvolvimento Desportivo
DPAF Div. de Promoção da Atividade Física
UCFD Unid. de Coordenação e Planeamento Desportivo
DPT Dep. de Promoção do Talento
DJUV Div. de Juventude
DEPT Div. de Fomento e Promoção de Talento
DASS Div. de Associativismo de Mecenatos
DMOM Dir. Municipal de Obras e Manutenção
CROA Centro de Recolha Oficial Animal
DIV Dep. de Infraestruturas e Vias
GACG Gab. de Coordenação e Gestão
DOVI Div. de Obras de Vias e Infraestruturas
UGAP Unidade de Gestão do Espaço Público
UGEI Unidade de Gestão de Energia e Iluminação Pública
DTOA Div. do Tráfego e Acessibilidade
UACP Unidade de Acessibilidades e de Polo
DLVP Div. de Concepção, Ocupação e Intervenção na Via Pública
DEPR Div. de Execução de Projetos
DTM Dep. de Transportes e Manutenção Auto
UPM Unidade de Manutenção Preventiva e Controlo de Custos
DADA Div. de Análise de Dados e Apoio à Gestão
GMAT Gab. de Planeamento e Gestão de Manutenção Auto
GPAT Gab. de Planeamento e Gestão de Transportes
DME Dep. De Obras e Manutenção de Edifícios
GACG Gab. de Coordenação e Gestão
DCGF Div. de Contratação e Gestão Financeira
DOEE Div. de Obras de Edifícios e Equipamentos
UPEE Unidade de Projetos de Edifícios e Equipamentos
UMEE Unidade de Manutenção de Edifícios e Equipamentos
DMSL Div. De Manutenção e Serviços Logísticos
UGEM Unid. de Gestão de F.E. e Frotas Municipais
UMAD Unid. de Manut. de Admist. Direta
UCGC Unid. de Coord e Gestão de Contratos
DRU Dep. de Reabilitação Urbana
DIEP Div. de Estudos e Projetos
DPGE Div. de Planeamento e Prospeção de Projetos
DAT Dep. da Autoridade de Transportes
GAGA Gab. de Apoio à Gestão Administrativa
DPMT Div. de Mobil. de Pess. e Mercad. de Transportes
DRGM Div. Reg., Gestão e Mercad. de Serv Pub. de Transp. de Mercadorias
DFMT Div. Fiscaliz. e Mercad. de Serv Pub. de Transp. de Passageiros

ANEXO II – MATRIZ DAS SITUAÇÕES DE RISCO TRANSVERSAIS

Riscos Transversais

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Todas	Oferecer indevidamente vantagem na realização de determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Divulgação e compreensão da Política Anticorrupção	100%
							Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Dinamização do Canal de Denúncias	100%
	Solicitar benefício de qualquer natureza para cumprir ou se abster de cumprir um determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Divulgação e compreensão da Política Anticorrupção	100%
							Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Dinamização do Canal de Denúncias	100%
							Cumprimento dos procedimentos de contratação pública	100%
							Rotatividade dos membros do júri	97%
	Receber oferta para indevidamente proporcionar vantagem na realização de determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Divulgação e compreensão da Política Anticorrupção	100%
							Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Dinamização do Canal de Denúncias	100%
	Infringir as metodologias e responsabilidades a cumprir	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Divulgação e compreensão da Política Anticorrupção	100%
							Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Dinamização do Canal de Denúncias	100%
							Divulgação e compreensão dos manuais de procedimentos, norma de controlo interno, regulamentos	97%
							Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	100%
	Exercício de atividades públicas ou privadas não autorizadas	3	2	6	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Dinamização do Canal de Denúncias	100%
							Subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses em Regime de Acumulação de Funções	100%
							Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	100%
	Ausência de comunicação ou de informação sobre potenciais situações de corrupção	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	94%
							Dinamização do Canal de Denúncias	100%
							Emissão de Relatório anual de denúncias à Assembleia da República	100%
	Conflitos de interesses que comprometam a transparência das atividades e/ou dos procedimentos, incluindo acumulação de funções	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Dinamização do Canal de Denúncias	100%
							Subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses em Regime de Acumulação de Funções	100%
							Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	100%
	Tratamento diferenciado de situações idênticas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Dinamização do Canal de Denúncias	100%
							Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	100%
							Código de Ética e Conduta, onde constam as diretrizes de atuação	100%
	Pressão de grupos de interesse	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Dinamização do Canal de Denúncias	100%
							Divulgar da agenda das reuniões dos membros do Executivo	100%
	Deficiente acompanhamento das recomendações de entidades externas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Dinamização do Canal de Denúncias	100%
							Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	100%
	Exercício de poderes discricionários (Liberdade de ação administrativa, que permite ao decisor, perante um caso concreto, optar por uma decisão entre várias possíveis, todas elas válidas legalmente)	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Dinamização do Canal de Denúncias	100%
							Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	100%

Riscos Transversais

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Todas	Desvio ou apropriação de ofertas institucionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	100%
							Dinamização do Canal de Denúncias	100%
							Código de Ética e Conduta, onde constam as diretrizes de atuação	100%
							Acompanhamento e supervisão pelos dirigentes	100%
							Registo das ofertas institucionais e articulação para gestão interna dos bens/serviços	100%
							Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	100%
	Deficiente orçamento dos encargos e consequente derrapagem nos custos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Metodologias de verificação e acompanhamento dos cronogramas de execução e dos encargos assumidos	94%
							Cumprimento dos procedimentos de contratação pública	100%
	Deficiente acompanhamento da execução dos contratos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	89%
							Metodologias de verificação e acompanhamento do contrato, mediante cronogramas de prazo de execução, modificações ao contrato e ao preço contratual	94%
	Deficiente tramitação do procedimento administrativo	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
							Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	89%
							Metodologias e regras definidas, claras e divulgadas entre os utilizadores, na gestão documental de todos os processos	97%
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação do processo no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	94%
							Fundamentação técnica e ou jurídica das propostas submetidas a decisão	100%
							Segregação de Funções	100%
	Acesso indevido a informações sigilosas	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Níveis diferenciados de acesso às pastas de arquivo informático	97%
							Acesso restrito ao arquivo físico	100%

ANEXO III – MATRIZ DAS ÁREAS ESPECÍFICAS EXPOSTAS A RISCOS

Riscos Específicos

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPES	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT
Atendimento a Munícipes e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei		I				I		I			I								I	I												I			I	I					
		Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas		I				I		I			I								I	I												I			I						
		Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)		I				I		I			I								I	I												I			I	EI					
		Prestação de esclarecimentos no preenchimento da Reclamação																																I									
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade		I				I		I			I									I												I			I						
		Registo de todos os documentos na aplicação de gestão documental								I																																	
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	Registo e respetiva tramitação/arquivo de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)		I				I					I									I												I			I	I					
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																I									
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos		I				I					I								I	I												I			I	I					
		Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei		I				I					I								I	I												I			I	I					
		Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)		I				I					I								I	I												I			I	EI					
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																I									
		Sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do munícipe																																PI									
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)		I				I					I								I	I												I			I						
		Realização de reuniões de trabalho periódicas		I				I					I								I	I												I			I						
		Uniformização dos métodos/procedimentos de trabalho						I																																			
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																I									
	Inadequada partilha de informação fora do posto de trabalho	Sensibilização para o cumprimento dos procedimentos internos						I																																			
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade						I																																			
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno		I				I					I			I						I																I			I		
		Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis		I				I					I			I						I																I			I		
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno		I				I					I									I																I			I		
		Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis		I				I					I									I																I			I		
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos		I				I					I									I																			I		
		Metodologias de verificação sistemática		I				I					I									I																I			I		
	Movimentação de montantes sem autorização	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno		I				I					I									I																I			I		
		Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis		I				I					I									I																I			I		
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis		I				I					I			I						I																I			I		
		Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento		I				I					I			I						I																I			I		
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis		I				I					I			I						I																I			I		
		Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento		I				I					I			EI						I																I			I		

Legenda:
Estado de Implementação: **I** - Implementado **EI** - Em Implementação **PI** - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

Riscos Específicos

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPES	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT
Execução de Procedimentos de Contratação Publica	Omissão no caderno de encargos de determinadas especificações técnicas, quanto à natureza do objeto do contrato a celebrar	Existência de análise e supervisão das propostas aquisitivas para verificação do cumprimento dos requisitos													I																												
		Estreita colaboração com serviços requisitantes para a definição das especificidades dos requisitos técnicos do caderno de encargos													I																												
		Existência de documento junto ao pedido aquisitivo que contemple as especificações técnicas													I																												
		Elaboração das especificações técnicas mediante as fichas técnicas dos produtos necessários de adquirir e que estejam disponíveis no mercado (no caso de aquisições urgentes)													I																												
	Controlo deficiente sobre situações de conflitos de interesses	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em procedimentos de contratação pública, bem como pelos gestores de contratos													I																												
	Repartição da despesa desvirtuando o enquadramento do procedimento adequado, nos termos do CCP	Verificação da análise de cabimento e GOP pela Divisão do Plano e Controlo Orçamental (DPCO) no pedido de aquisição													I																												
		Plano Anual de Atividades e análise dos pedidos de aquisição à luz do artigo 22.º do CCP													I																												
		Existência de análise e supervisão dos pedidos aquisitivos para verificação do cumprimento dos requisitos													I																												
	Falta de cabimentação prévia da despesa	Análise e verificação da existência de cabimento prévio/GOP no pedido de aquisição													I																												
		Verificação da análise de cabimento e GOP pela Divisão do Plano e Controlo Orçamental (DPCO) no pedido de aquisição													I																												
	Ausência de fundamentação do preço base	Consultas preliminares/evidências sites/Portal Base/procedimentos anteriores													I																												
	Recurso inadequado ao procedimento por ajuste direto	Apresentação de propostas devidamente enquadradas e fundamentadas nos termos do Código dos Contratos Públicos													I																												
		Existência de parâmetros de avaliação, e equipa multidisciplinar, que assegurem uma análise rigorosa e imparcial													I																												
	Insuficiente fundamentação/níveis de discricionariedade pouco adequados na análise e seleção das propostas	Critérios de avaliação e equipa multidisciplinar que assegurem uma análise rigorosa e imparcial													I																												
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em procedimentos de contratação pública, bem como pelos gestores de contratos													I																												
	Falta de avaliação pós-contratual dos fornecedores	Análise da ficha de contrato													I																												
		Realização de avaliação ao fornecedor													I																												
		Atualização da base de dados													I																												
	Não respeitar o triénio das entidades a convidar	Confirmação dos valores acumulados em triénio													I																												
	Não respeitar a relação entre empresas	Confirmação da não existência de relacionamento entre empresas													I																												
	Inexistência de aplicação das penalidades contratuais	Controlo periódico dos fornecimentos													I																												
		Realização de avaliação de fornecedores e qualidade dos materiais fornecidos													I																												
	Aceitação de propostas (de entidades/operadores) que não cumpram os requisitos legais e normativos municipais	Análise prévia pelo júri nomeado da exigibilidade das entidades/operadores													I																												
		Monitorização do devido enquadramento e fundamentação das propostas nos termos do CCP													I																												
		Realização de Diligência Devida													I																												
	Realização de consultas preliminares ao mercado sem suporte documental	Redação de uma informação, fundamentando a impossibilidade de suporte documental das consultas preliminares e identificação das entidades contactadas, dos preços praticados, bem como dos prazos de entrega dos bens/prestação dos serviços a contratualizar													I																												
	Deficiente articulação entre as várias unidades orgânicas/intervenientes	Comunicação eficaz													I																												
		Realização, na medida do permitido pela urgência registada, da agregação de necessidades face aos intervenientes envolvidos													I																												
Monitorização dos Contratos	Falta de advertência quando sejam detetadas situações irregulares ou derrapagens nos prazos	Formalização das advertências assim que as irregularidades sejam comunicadas pelo Gestor de Contrato													I																												
		Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento do prazo do contrato													I																												
	Deficiente acompanhamento dos contratos	Análise e encaminhamento das reclamações efetuadas pelos serviços													I																												
		Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos													I																												
		Metodologias de verificação e acompanhamento do reportado pelo Gestor de Contrato referente a cronogramas de prazo de execução, modificações ao contrato e preço contratual													I																												

Legenda:
Estado de Implementação: **I** - Implementado **EI** - Em Implementação **PI** - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

Riscos Específicos

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPES	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT
Recrutamento e Gestão de RH	Controlo deficiente sobre procedimentos de pagamento de salários e de despesas	Segregação de funções								I																																	
		Restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença e, existência de dois níveis de conferência da informação inserida								I																																	
		Duplo nível de conferência da documentação e restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença								I																																	
		Procedimentos/metodologias que minimizam ou eliminam os erros, mediante a conferência e atualização regular dos processos								I																																	
	Acesso indevido às informações de cadastro, remunerações mensais e quebras de sigilo, bem como às declarações de registo de interesses	Perfis de acesso reservado								I																																	
		Níveis diferenciados de acesso ao sistema informático de gestão de pessoal								I																																	
		Acesso restrito ao arquivo físico de processos individuais dos trabalhadores								I																																	
	Deficiente controlo do regime de acumulação de funções e/ou com insuficiente informação de suporte	Análise criteriosa e solicitação de esclarecimentos adicionais sempre que se revelem necessários ao rigor da avaliação								I																																	
	Recurso excessivo ao trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes do serviço	Análise prévia da fundamentação aduzida pelos serviços, justificativa do recurso à realização de trabalho extraordinário								I																																	
		Formação de sensibilização com vista a reduzir a trabalho suplementar								I																																	
	Deficiente gestão das quotas atribuídas na avaliação de desempenho	Monitorização das avaliações atribuídas e das percentagens máximas legalmente permitidas								I																																	
	Favorecimento dos candidatos na realização de estágios profissionais	Clareza nos critérios de seleção, bem como na descrição das funções a desempenhar								I																																	
	Utilização de critérios de avaliação pouco objetivos	Formação profissional em definição de objetivos, indicadores de medida e critérios de superação								I																																	
		Objetivos exequíveis e coerentes								I																																	
		Reuniões avaliador/avaliado								I																																	
	Benefícios/prejuízos indevidos resultantes de deficiente registo e avaliação de ausências	Segregação de funções								I																																	
		Restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença e existência de dois níveis de conferência da informação inserida								I																																	
	Inserção inadequada de certificados de incapacidade temporária para o trabalho e de outros documentos justificativos da ausência ao serviço	Inserção efetuada exclusivamente pela equipa de gestão de assiduidade								I																																	
		Existência de um duplo nível de conferência da documentação e, restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença								I																																	
	Deficiente controlo de distribuição de equipamentos de proteção individual e fardamento	Identificação dos equipamentos existentes								I																																	
		Levantamento de necessidades dos equipamentos								I																																	
	Ausência ou deficiente levantamento de competências por função	Envolvimento dos dirigentes no desenvolvimento deste instrumento, bem como na constante atualização dos perfis de competências								I																																	
	Desadequação das propostas de mobilidade e/ou não avaliação de pedidos de mobilidade internos	Avaliação prévia do perfil de competências e/ou das necessidades evidenciadas em mapa pessoal								I																																	
		Informação agregada de pedidos de mobilidade								I																																	
		Realização de Diligência Devida								PI																																	
	Discricionariedade, ambiguidade e/ou subjetividade na avaliação dos candidatos	Critérios que permitam que o recrutamento do pessoal seja levado a cabo dentro de princípios de equidade								I																																	
		Realização de Diligência Devida								I																																	
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados									I			EI							I	I													I	I	I							
	Deficiente controlo das existências	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados									I			I	I						I	I													I		I							
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados									I			EI	I						I	I													I		I							
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados									I			EI	I						I	I													I	I	I							
		Segregação de funções									I				I						I	I													I	I	I							
	Tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal	Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos																			EI	I													I		I							
		Reuniões de monitorização/acompanhamento das ações																			I	I													I		I							
	Dispersão geográfica/partilha do depósito de documentos em arquivo	Acesso condicionado/vigilância nos espaços de depósito de documentos em arquivo																			I	I													I		I							
		Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis																			I	I													I		I							
	Apropriação indevida/extravio de documentos e/ou processos em arquivo	Mecanismos/levantamento de necessidades de ações de conservação do espólio documental/processual																			I	I													I		I							
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	Digitalização/desmaterialização de processos												EI	I						I	I													I		I							
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis												I	I						I	I													I	I	I							
		Digitalização/desmaterialização de processos												EI	I						I	I													I	EI	I							
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses													I						I	I													I	I	I							
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses													I						I	I													I	I	I							
		Segregação de funções													I						I	I													I	I	I							
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses												I							I	I													I	I	I							
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses												I							I	I													I	I	I							
		Segregação de funções									I			I							I	I													I	I	I							
		Registo de entrada e saída de material									I																																	
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados			I	I			I	I											I																				I		
		Segregação de funções			I	I			I	I											I										I											I		
		Registo de empréstimo de material			I																										I													
	Falta de imparcialidade na avaliação/ fiscalização de espaços verdes cuja manutenção esteja	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos																												I											I		
		Elaboração de Relatórios de Fiscalização																												I													
	Deficiente articulação interna	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo			I	I			I	I											I									I											I		
		Responsabilização dos intervenientes			I	I			I	I											I									I											I		
		Calendarização conjunta de iniciativas			I	I			I												I									I											I		
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases				I			EI	I																				I											I		

Legenda:
Estado de Implementação: **I** - Implementado **EI** - Em Implementação **PI** - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

Riscos Específicos

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPES	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT
Fiscalização	Favorecimento do munícipe em detrimento do Município	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas		I																																			I		I		I
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas		I																																			I		I		I
		Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido		I																																			I		I		I
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado	Sistema de atribuição indiferenciada de processo		I																																					I		I
		Rotatividade de equipas		I																																					I		I
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos		I																																			I		I		I
	Apropriação indevida de artigos resultantes de apreensões decorrentes da atividade operacional	Elaboração do Auto de Apreensão com indicação de todos os artigos apreendidos e respetivas guias de entrega para posterior conferência		I																																					I		
	Incorreta identificação das áreas florestais e das zonas de maior risco, comprometendo a eficácia do PDFCI no combate a uma catástrofe	Rigorosa elaboração da cartografia das zonas florestais e identificação das suas características		I																																					I		
		Monitorização e atualização da informação		I																																					I		
	Incumprimento dos prazos legais quanto às ações de prevenção de incêndios florestais	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases		I																																					I		
	Inadequada supervisão e fiscalização das infraestruturas inerentes ao serviço de transportes públicos	Visitas regulares aos locais onde estão sedeadas as infraestruturas																																									I
		Procedimentos e indicadores, sistematizados, a verificar aquando das visitas de supervisão																																									I
		Elaboração de relatórios de fiscalização, validados pela hierarquia																																									I
	Utilização indevida de viaturas da frota municipal	Controlo efetivo e permanente do sistema de gestão de frota																																									I
		Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos																																									I
	Inadequada monitorização da exploração de serviço público de transporte de passageiros	Elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódico																																									I
		Acompanhamento presencial da atividade dos operadores																																									I
		Monitorização da qualidade do serviço prestado																																									I
Policiamento	Deficiente controlo dos materiais e/ou equipamentos apreendidos	Sistema de contabilização e registo dos materiais e/ou equipamentos		I																																							
	Perda da receita da cobrança em numerário	Emissão de comprovativo de pagamento		I																																							
	Utilização e/ou apropriação indevida dos bens	Controlo efetivo e permanente dos bens armazenados		I																																							
		Responsabilização dos intervenientes		I																																							
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas		I																																							
		Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido		I																																							
Controlo Interno	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	Elaboração de relatórios de controlo																I																									
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																I																									
		Segregação de funções																I																									
		Manual de Procedimentos da DACI																I																									
		Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata																I																									
	Incumprimento da programação de realização de auditorias	Elaboração de relatórios de controlo														I		I																									
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses														EI																											
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses														I																											
		Segregação de funções														I																											
		Plano Anual de Auditoria Interna aprovado em RC																I																									
		Programa de Auditoria Interna por AI a realizar																I																									
		Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata																I																									
		Programa de garantia de qualidade e melhoria																I																									
	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses														EI		I																									
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses														I		I																									
		Segregação de funções														I		I																									
		Carta de Auditoria e Manual de Procedimentos com perfil do auditor																I																									
		Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata																I																									
		Plano Anual de Auditoria Interna aprovado em RC com ações de acompanhamento																I																									
		Checklist de acompanhamento das AI																I																									
		Mapa de Follow-up de AI´s conforme previsto no Manual Procedimentos da DACI																I																									
	Falta de rigor e imparcialidade do auditor	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																I																									
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																I																									
		Segregação de funções																I																									
		Carta de Auditoria e Manual de Procedimentos com perfil do auditor																I																									
		Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata																I																									
		Checklist de acompanhamento das AI																I																									
		Programa de garantia de qualidade e melhoria																I																									
		Subscrição pelo auditor da Carta de Auditoria, Manual de Procedimentos e Norma de Controlo Interno																I																									
		Manual de Competências e Avaliação de Auditores Internos e Peritos Técnicos																I																									
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses														I		I																									
		Segregação de funções														I		I																									
		Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata																I																									
		Reuniões de Equipa pós Auditorias para preparação do relatório. Nesta fase, a equipa deverá rever e analisar os resultados; consolidar as constatações, agrupando-as e sistematizando-as; classificar os resultados; elaborar recomendações e o projeto para o relatório de auditoria																I																									
		Programa de garantia de qualidade e melhoria																I																									
		Manual de Competências e Avaliação de Auditores Internos e Peritos Técnicos																I																									
Gestão de Ofertas Institucionais	Controlo deficiente das ofertas institucionais	Código de Ética e Conduta, onde constam as diretrizes de atuação	I																																							
		Acompanhamento e supervisão pelos dirigentes	I																																								
		Registo das ofertas institucionais e articulação para gestão interna dos bens/serviços	I																																								
		Registo de acesso público das ofertas institucionais, disponibilizado no site institucional	I																																								

Legenda:
Estado de Implementação: **I** - Implementado **EI** - Em Implementação **PI** - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

Riscos Específicos

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPES	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT
Execução do Programa de Cumprimento Normativo	Favorecimento ou branqueamento de situações irregulares	Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações																	I																								
		Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência																	I																								
		Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade																	I																								
		Cumprimento do Código de Ética e Conduta																	I																								
		Implementação do Manual de Gestão de Conflitos de Interesses																	I																								
	Violação dos princípios de legalidade, justiça, imparcialidade, competência, responsabilidade, proporcionalidade, transparência e boa-fé	Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações																	I																								
		Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência																	I																								
		Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade																	I																								
		Implementação do Manual de Gestão de Conflitos de Interesses Cumprimento do Código de Ética e Conduta																	I																								
	Deficiente enquadramento das matérias para aprovação superior	Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações																	I																								
		Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência																	I																								
		Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade																	I																								
		Implementação do Manual de Procedimentos																	I																								
	Acesso indevido a informações sigilosas constantes nas denúncias	Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações																	I																								
		Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência																	I																								
		Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade																	I																								
		Cumprimento do Código de Ética e Conduta																	I																								
		Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados																	I																								
		Tramitação de documentação em pastas de acesso reservado																	I																								
	Atos de retaliação contra denunciantes	Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência																	I																								
		Cumprimento do Código de Ética e Conduta																	I																								
		Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações																	I																								
	Morosidade ou ausência de resposta aos denunciantes	Procedimentos, sistema de alerta e monitorização dos prazos de resposta																	I																								
		Implementação do Manual de Procedimentos																	I																								
		Designação de diversos Gestores de Denúncias																	I																								
	Utilização indevida de informação privilegiada	Implementação do Manual de Procedimentos																	I																								
		Cumprimento do Código de Ética e Conduta																	I																								
		Tramitação de documentação em pastas de acesso reservado																	I																								
	Atraso na publicitação e comunicação dos instrumentos de execução do Programa	Procedimentos, sistema de alerta e monitorização dos prazos de resposta																	I																								
		Implementação do Manual de Procedimentos																	I																								
		Plano de monitorização do Sistema de Gestão Anticorrupção																	I																								
		Plano de comunicação do Sistema de Gestão Anticorrupção																	I																								
	Manipulação, ocultação ou destruição intencional de informação recebida/enviada	Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade																	I																								
		Sistema de registo e tratamento da informação com mecanismos de segurança assegurados																	I																								
		Segregação de funções (o visado não participa no processo de averiguação e tomada de decisão)																	I																								
		Acompanhamento por parte de intervenientes de distintos níveis hierárquicos e unidades de estrutura																	I																								
		Cumprimento do Código de Ética e Conduta																	I																								
		Implementação do Manual de Procedimentos																	I																								
Assuntos Jurídicos	Manipulação, ocultação ou destruição intencional de informação recebida/enviada	Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade					I						I																														
		Sistema de registo e tratamento da informação com mecanismos de segurança assegurados					I						I																														
		Segregação de funções					I						I																														
		Acompanhamento por parte de intervenientes de distintos níveis hierárquicos e unidades de estrutura					I						I																														
	Incumprimento de prazos	Procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases					I						I																														
		Supervisão do cumprimento dos prazos legais					I						I																														
	Deficiente enquadramento legal, regulamentar e contratual na elaboração e/ou celebração de contratos, protocolos e outros instrumentos jurídico-institucionais	Regras específicas na formalização das propostas, vinculando-as ao cumprimento da legislação em vigor ou de regulamentação municipal					I						I																														
	Falta ou deficiente implementação das recomendações/procedimentos impostos para execução de sentenças judiciais	Divulgação da informação e procedimentos, normas a implementar para que a decisão judicial/situação seja acatada/colmatada/evitada de futuro					I						I																														
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos					I						I																														
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas envolvidas no processo	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade					I						I																														
		Realização de reuniões de trabalho periódicas					I						I																														
Promoção dos Transportes e Mobilidade	Ausência ou inadequada supervisão e fiscalização da atividade dos operadores	Monitorização da qualidade do serviço prestado																																									I
	Insuficiente fundamentação/níveis de discricionariedade pouco adequados na tomada de decisão	Segregação de funções																																									I
		Existência de critérios de análise pré-definidos																																									I
		Fundamentação técnico-jurídica																																									I

Legenda:
Estado de Implementação: **I** - Implementado **EI** - Em Implementação **PI** - Por Implementar

Grau de Risco: Reduzido Moderado Elevado

Riscos Específicos

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPES	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial			I						I										I										I	I	I	I	I	PI	I						
		Análise do histórico da entidade beneficiária			I						I										I										I	I	I	I	I	I	I						
		Segregação de funções			I						I										I										I	I	I	I	I	I	I						
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito			I						I										I										I	I	I	I	I	I	I						
		Realização de Diligência Devida			I						I										I										I	I	I	I		EI	I						
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																I									
		Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de caráter eventual																																I									
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito			I						I										I										I	I	I	I	I	I	I						
		Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos			I						I										I										I	I	I	I	I	I	I						
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária			I						I										I										I	I	I	I	I	I	I						
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos			I						I										I										I	PI	EI	I	I	I	I						
		Segregação de funções			I						I																				I		I		I								
		Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade			I						I																				EI		PI		I								
		Existência de dossier financeiro com centro de custos																																I									
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																I									
		Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de caráter eventual																																I									
		Monitorização e acompanhamento dos projetos apoiados																																			I						
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	Evidências da utilização dos apoios financeiros			I						I					I					I										I	I	I	I	I	I	I						
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária			I						I					I					I										I	I	I	I	I	I	I						
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses			I						I					I					I										I	I	I	I	I	I	I						
		Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação			I						I																				I		I		I	I							
		Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução			I						I																				I		I		I	I							
		Existência de dossier financeiro com centro de custos																																I									
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																I									
		Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de caráter eventual																																I									
		Medidas previstas nos protocolos com os Corpos de Bombeiros			I																																						
	Ausência ou deficiente reporte de execução	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos			I						I					I					I										I	PI	EI	I	I	I	I						
		Segregação de funções			I						I																				I		I		I	I							
		Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos			I						I																				I		I		I	I							
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária			I						I																				I		I		I	I							
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																I									
		Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de caráter eventual																																I									

Legenda:
Estado de Implementação: **I** - Implementado **EI** - Em Implementação **PI** - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

Riscos Específicos

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPES	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT
Atribuição de Apoios Sociais	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																															I	I	I								
		Registo de ofertas																															I	I	I								
		Segregação de funções																															I	I	I								
		Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial																															I	I	I								
		Análise do histórico da entidade beneficiária																															I	I	I								
		Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS)																																I									
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																I									
	Utilização pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito																															I	I	I								
		Segregação de funções																															I	I	I								
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																															PI	I	I								
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos																															EI	I	I								
		Evidências da utilização dos apoios financeiros																															I	I	I								
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																															I	I	I								
		Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS)																																I									
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																															I	I	I								
		Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução																															I	I	I								
		Segregação de Funções																															I	I	I								
		Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS)																																I									
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																I									
	Ausência ou deficiente reporte de execução	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos																															I	I	I								
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																															I	I	I								
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos																															EI	I	I								
		Solicitação de relatórios de execução																															I	I	I								
		Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS)																																I									
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																I									
Atribuição de Subsídios	Favorecimento no processo de atribuição de subsídios	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																																I									
		Segregação de Funções																																I									
		Registo de ofertas																																I									
		Análise do histórico da entidade beneficiária																																I									
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																I									
		Realização de Diligência Devida																																I									
	Utilização indevida dos subsídios pelas entidades	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																																I									
		Segregação de Funções																																I									
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																I									
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																																I									
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos																																I									
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos subsídios atribuídos	Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução																																I									
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																																I									
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																I									
	Ausência ou deficiente reporte de execução	Segregação de funções																																I									
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito																																I									
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																																I									
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos																																I									
		Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos																																EI									
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																I									

Legenda:
Estado de Implementação: **I** - Implementado **EI** - Em Implementação **PI** - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

Riscos Específicos

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPES	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																			I										I	I	I	I	I	I	I						
		Segregação de Funções																			I										I	I	I	I	I	I	I						
		Registo de ofertas																			I										PI	I	I	I	I	I	I						
		Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial																													I		I		I	PI							
		Análise do histórico da entidade beneficiária																			I										I	I	I	I	I	I	I						
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																I									
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	Critérios, objetividade e transparência nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)																													I		PI		I	I							
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																			I										I	I	I	I	I	I	I						
		Segregação de Funções																			I										I	I	I	I	I	I	I						
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																			I										EI	I	PI	I	I	I	I						
		Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos																													I		I		I	I							
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos																			I										I	PI	EI	I	I	I	I						
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																			I										I	I	I	I	I	I	I						
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	Critérios de análise pré-definidos																			I										I	I	I	I	I	I	I						
		Fundamentação técnico-jurídica																			I										I	I	I	I	I	PI	I						
		Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução																			I										I	I	I	I	I	I	I						
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																			I										I	I	I	I	I	I	I						
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																I									
	Ausência ou deficiente reporte de execução	Critérios técnicos pré-definidos																													I		I			I							
		Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam																													I		I			I							
		Segregação de funções																													I	I	I	I	I	I	I						
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito																			I										I	I	I	I	I	I	I						
		Meios de acompanhamento e controlo																													I		I			I							
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos																			I										I	PI	EI	I	I	I	I						
		Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos																													I		I			I							
		Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos																			I											I		EI	I		I						
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																			I										I	I	I	I	I	I	I						
	Inexistência de avaliação do impacto/dos resultados das iniciativas/programas	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																			I										I	I	I		I	I	I						
		Segregação de Funções																			I										I	I	I		I	I	I						
		Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados																			I										I	I	I		I	PI	I						
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																I									
		Avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados																																		I							

Legenda:
Estado de Implementação: **I** - Implementado **EI** - Em Implementação **PI** - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

Riscos Específicos

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPES	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																													I	I	I	I	I		I						
		Segregação de Funções																													I	I	I	I	I		I						
		Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados																													I	I	I	I	I		I						
		Análise do histórico da entidade beneficiária																														I		I	I		I						
		Registo de ofertas																														I											
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito																													I	I	I	I	I		I						
		Segregação de funções																													I	I	I	I	I		I						
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																													EI	I	PI	I	I		I						
		Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos																													I		I										
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos																													I	PI	EI	I	I		I						
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																													I	I	I	I	I		I						
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																													I	I	I	I	I		I						
		Segregação de Funções																													I		I										
		Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução																													I	I	I	I	I		I						
		Critérios de análise pré-definidos																													I	I	I	I	I		I						
		Fundamentação técnico-jurídica																														I	I	I	I		I						
	Ausência ou deficiente reporte de execução	Critérios de monitorização pré-definidos																													I		I										
		Segregação de funções																													I	I	I	I	I		I						
		Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados																													I	I	I		I		I						
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito																													I	I	I	I	I		I						
		Meios de acompanhamento e controlo																													I		I										
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																													I		I										
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos																													I		EI										
		Relatórios de acompanhamento da execução, com conhecimento da cadeia hierárquica																													I		I										
		Avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados																																I									
	Inexistência de avaliação do impacto/dos resultados do projeto	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos																													I	I	I	I	I		I						
		Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados																													I	I	I	I	I		I						
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																													I	I	I	I	I		I						
		Segregação de Funções																													I	I	I	I	I		I						
		Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas juntos dos cidadãos																														I	I	I	I		I						
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																						I		I		I	I		I								I				
		Segregação de Funções																						I		I		I	I		I								I				
		Registo de ofertas																								I		I	I		I								I				
		Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial																								I		I	I		I								I				
		Análise do histórico da entidade beneficiária																								I		I	I		I								I				
		Existência de critérios técnicos pré-definidos e Regulamentos Municipais																											I														
		Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam, apreciam e autorizam																											I														
		Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos																								I			I														
		Implementação de Power BI de produtividade do Departamento																											I														
		Responsabilização da chefia para alteração do técnico atribuido																								I																	
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos																						I		I		I	I		I								I				
		Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos																						I		I		I	I		I								I				
		Ações de formação																						I		I		I	I		I												
		Realização de reuniões regulares																								I																	
		Envio sistematico de Manuais de procedimentos																								I																	
		Segregação de funções																								I																	
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação/decisão	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases																						I		EI		I	EI		I								I				
		Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos																						I				I	EI		I												
		Atribuição de tarefas com prazo a cada funcionario por parte da chefia direta, nos casos de incumprimento sistematico de prazos																								EI																	
		Implementação de Power BI de prestação de serviço de cada divisão do departamento																								EI																	
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																						I		I		I	I		I												
		Segregação de Funções																						I		I		I	I		I												
		Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos																						I		I		I	I		I												
		Definiçao de equipas atribuidas a cada natureza de processo																								I																	

Legenda:
Estado de Implementação: **I** - Implementado **EI** - Em Implementação **PI** - Por Implementar

Grau de Risco: Reduzido Moderado Elevado

Riscos Específicos

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPES	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT
Segurança da Informação	Utilização indevida de imagens captadas	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses				I																																					
		Segregação de Funções				I																																					
		Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno				I																																					
		Responsabilização dos intervenientes				I																																					
		Garantir a eliminação das imagens gravadas ao fim de 30 dias para dar cumprimento ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados				I																																					
	Incumprimento e/ou erro de interpretação das obrigações de informação ou disponibilização de acesso às mesmas	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses				I			I			I																											I				
		Segregação de Funções				I			I			I																															
		Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno							I																																		
		Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos				I			I			I																											I				
		Reporte de informação periódica relativa à utilização da frota municipal aos serviços da Administração Direta Estado																																					I				
		Formalização de denúncias relativas a tratamento de dados pessoais através de Portal existente para o efeito							I																																		
		Relato de incidente de segurança ao Centro Nacional de Cibersegurança							I																																		
		Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos										I																															
	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses				I			I			I																											I				
		Segregação de Funções				I			I			I																											I				
		Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno				I			I			I																											I				
		Monitorização de registos de utilização da MFA (autenticação multifacetada) com recurso a dados biométricos							EI																																		
		Implementação de politicas de reforço de troca de password bimensal							I																																		
	Eliminação/Alteração indevida de dados	Análise periódica dos registos de operações efetuadas				I			EI			I																															
		Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas				I			EI																																		
		Ativação de alertas				I			EI			I																															
		Sistema de controlo e registo dos equipamentos disponiveis/atribuidos permanentemente atualizado				I			I																																		
		Realização de backups				I			I																																		
	Incumprimento do plano de *backups* definido	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses							I																																		
		Segregação de Funções							I																																		
		Revisão periódica das permissões atribuídas							I																																		
		Realizar testes de verificação							I																																		
		Registo de operações e de verificação de backups							EI																																		
		Definição de escalamento e registo de ações desenvolvidas							I																																		
	Ausência de verificação do estado dos dados de *backup*	Revisão periódica das permissões atribuídas							EI																																		
		Realizar testes de verificação							EI																																		
		Análise periódica dos registos de operações efetuadas							EI																																		
		Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas							EI																																		
		Ativação de alerta							EI																																		
Proteção Civil	Falta de imparcialidade e isenção na promoção de parceiros entre entidade externas	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses			I																																						
		Segregação de funções			I																																						
		Cumprimento do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro			I																																						
	Incumprimento dos planos de resposta a emergências	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses			I																																						
		Segregação de funções			I																																						
		Validação das decisões cruciais pelo Centro Municipal de Operações de Socorro			I																																						

Legenda:
Estado de Implementação: **I** - Implementado **EI** - Em Implementação **PI** - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

Riscos Específicos

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPES	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT
Gestão Financeira	Incumprimento das regras legais inerentes aos processamentos de despesa e de receita	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses								I			I			I																											
		Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno								I			I			I																											
		Segregação de Funções								I			I			I																											
	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de verbas e valores	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses								I			I			I																											
		Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno								I			I			I																											
		Segregação de Funções								I			I			I																											
		Existência de manual de procedimentos								PI																																	
		Verificação e monitorização do seu cumprimento								I			I			I																											
		Responsabilização dos intervenientes								I			I			I																											
		Definição de um sistema de articulação interna de circulação de informação								I			I																														
	Alterações e revisões propostas desajustadas das necessidades	Base de dados com as necessidades de cada momento											I																														
		Reuniões de monitorização antes de fechar as propostas											I																														
	Reporte de informação desatualizada ou incorreta	Base de dados, automatizada, que forneça os dados de reporte obrigatório											I			EI																											
		Utilizar, sempre que possível, os dados produzidos pelo sistema de contabilidade											I			I																											
		Criação de alertas											I			I																											
		Verificação e validação da informação através da conferência dos dados reportados entre os diversos mapas											I			I																											
	Não cumprimento das exigências legais e procedimentos formais na contratação de empréstimos, podendo comprometer o limite de	Existência (ou criação) de equipa de técnicos responsáveis pelo acompanhamento do serviço da dívida e endividamento do Município											I																														
		Segregação de funções											I																														
	Incumprimento de princípios e regras, orçamentais e previsionais, definidos em diploma legal	Monitorização do enquadramento, viabilidade e legalidade dos objetivos propostos											I																														
		Informação atualizada, catalogada e disponível de legislação e jurisprudência											I			I																											
		Monitorização do enquadramento, viabilidade e legalidade														I																											
	Erros e/ou omissões no registo contabilístico de imobilizado	Monitorização e verificação dos registos efetuados														I																											
	Incumprimento do estabelecido para a realização de pagamentos	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno											I			I																											
		Segregação de funções											I			I																											
	Alteração dos princípios contabilísticos utilizados, comprometendo a análise e comparabilidade da situação financeira	Realização de reuniões prévias e de acompanhamento com os responsáveis das UO, no decorrer do processo de elaboração do Orçamento e Grandes Opções de Plano											I																														
		Identificação clara e justificada das alterações, nos reportes e documentos elaborados e apresentados											I			I																											
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna						I			I										I												I				I							
		Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes						I			I										I												I				I							
		Calendarização conjunta de iniciativas						I			I										I												I				I							
		Segregação de funções						I			I										I												I				I							
	Ausência de estratégia de articulação com os meios de comunicação social	Divulgação do Plano de Comunicação da CMC																																			I						
		Metodologia de orientações e regras de conduta na relação interna/externa previamente definidas que conduzem a envio de press release e notas de agenda para lista contactos definida						I																																			
		Esclarecimento de jornalistas em resposta a pedidos enviados via email e/ou contactos telefónico via assessoria de imprensa						I																																			
		Existência de Plano comunicação Cascais Jovem																																			I						
	Divulgação de informação incorreta através dos canais oficiais internos (intranet) e externos (portal e redes sociais)	Divulgação do Plano de Comunicação da CMC									I																						I				I						
		Metodologias de orientações e regras de conduta na relação interna/externa						I			I																						I				I						
		Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos						I																																			
		Existência de mecanismos que asseguram a recolha, compilação e consolidação de informação e a sua atualização em articulação com as áreas e equipas responsáveis pela produção de conteúdos						I																																			
		Existência de manual de comunicação para garantir que esta acontece de forma clara e inclusiva a todos os níveis						I																																			
	Ausência de informação sistematizada de forma clara e disponível no site e intranet (transparência administrativa)	Cadeia com diversos intervenientes que analisam, apreciam e autorizam						I																									I				I						
		Segregação de funções						I																									I				I						
		Existência de mecanismos que assegurem a recolha, compilação e consolidação de informação e a sua atualização						I																									I				I						
		Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos						I																																			
		Existência de manual de comunicação para garantir que esta acontece de forma clara e inclusiva a todos os níveis						I																																			

Legenda:
Estado de Implementação: **I** - Implementado **EI** - Em Implementação **PI** - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

Riscos Específicos

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPES	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT
Projetos Cofinanciados	Favorecimento no processo de escolha de entidades parceiras que intervenham no projeto	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																		I															I								
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																																	I								
		Segregação de funções																		I															I								
		Registo de ofertas																		I															I								
		Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial																																	I								
		Análise do histórico da entidade beneficiária																																	I								
		Verificação dos critérios de elegibilidade estabelecidos para a escolha de parceiros (ex: Análise do histórico da entidade beneficiária)																		I																							
	Duplo financiamento	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica																																	I								
		Elaboração de relatórios de controlo																																	I								
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																		I															I								
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																																	I								
		Segregação de funções																																	I								
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																	I								
		Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos																																	I								
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																																	I								
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos																																	I								
		Subscrição de Declaração de Beneficiário com preenchimento do "Questionário de Duplo Financiamento"																		I																							
		Aposição de logotipo/carimbo na documentação física apresentada à comparticipação e no que concerne à recente documentação de despesa desmaterializada																		I																							
		Norma para inclusão no Manual de Procedimentos																		EI																							
		Sensibilização dos trabalhadores diretamente envolvidos na gestão dos projetos (via reuniões sistemáticas e regulares)																		I																							
		Divulgação das normas estabelecidas para a gestão de projetos comparticipados no Município																		EI																							
		Implementação de melhoria para reconhecimento do financiamento da despesa no módulo de gestão financeira (SNC), com identificação da operação financiada, taxa de afetação e/ou a respetiva elegibilidade da despesa																		EI																							
		Implementação no Sistema de Normalização Contabilística (AIRC) de um módulo dedicado ao reconhecimento dos subsídios de investimento / financiamento inventariado																		EI																							
	Utilização indevida dos apoios pelo Município	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica																													I				I								
		Elaboração de relatórios de controlo																													I				I								
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																		I											I				I								
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																													I				I								
		Segregação de funções																		I											I				I								
		Existência de instrumentos que garantam que a recolha de opiniões é efetuada de forma isenta e imparcial (livro de reclamações e/ou de elogios, endereço eletrónico)																													I												
		Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																													I				I								
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos																													I				I								
		Norma para o acompanhamento e controlo das operações comparticipadas (vertida no Manual de Procedimentos) que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																		EI																							
		Realização de ações de verificação / acompanhamento & Elaboração de relatórios de controlo com base nos indicadores de Realização e Resultados da operação																		I																							
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica																													I				I								
		Elaboração de relatórios de controlo																													I				I								
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																		I											I				I								
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																													I				I								
		Segregação de funções																		I											I				I								
		Produção de indicadores e de controlo de dados																													I												
		Acompanhamento periódico da evolução dos indicadores																													I												
		Norma para o acompanhamento e controlo das operações comparticipadas (vertida no Manual de Procedimentos) que garante a uniformização dos procedimentos																		EI																							
		Realização de ações de verificação / acompanhamento & Elaboração de relatórios de controlo com base nos indicadores de Realização e Resultados da operação (de acordo com o modelo de verificação elaborado em Norma Interna)																		I																							

Legenda:
Estado de Implementação: **I** - Implementado **EI** - Em Implementação **PI** - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

Riscos Específicos

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPES	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT
Projetos Cofinanciados	Ausência ou deficiente reporte de execução	Divulgação sistemática dos resultados das candidaturas apresentadas																													I				I								
		Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica																													I				I								
		Elaboração de relatórios de controlo																													I				I								
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																													I				I								
		Segregação de funções																													I				I								
		Relatórios trimestrais de atividades da própria Direção																		I																							
		Relatórios intercalares / anuais às Autoridades de Gestão																		I																							
	Favorecimento na apresentação de pedidos de pagamento	Elaboração de relatórios de controlo																																	I								
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																																	I								
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																																	I								
		Segregação de funções																		I															I								
	Incorreta verificação da conformidade da despesa	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																		I																							
		Segregação de funções																		I																							
		Norma vertida no Manual de Procedimentos que garante a uniformização na verificação da conformidade da despesa																		EI																							
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra	Realização de ações de fiscalização e controlo planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica																					PI							EI									I		I		
		Elaboração de relatórios de controlo																					PI																I		I		
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																					PI							I									I		I		
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																					PI																I		I		
		Segregação de funções																					PI																I		I		
		Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos																					PI																				
		Frequência de ações de formação sobre legislação																					PI																				
		Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial																																					I				
	Elevado volume de trabalhos complementares	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																					PI							I									I		I		
		Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica																					PI																I		I		
		Elaboração de relatórios de controlo																					PI																I		I		
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																					PI																I		I		
		Segregação de funções																					PI																I		I		
		Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos																					PI																				
		Frequência de ações de formação sobre legislação																					PI																				
		Controle de Trabalhos complementares em todas as reuniões de obra																												EI													
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																					PI																I		I		
		Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica																					PI																I		I		
		Elaboração de relatórios de controlo																					PI																I		I		
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																					PI																I		I		
		Segregação de funções																					PI																I		I		
		Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial																					PI																I		I		
		Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos																					PI																				
		Frequência de ações de formação sobre legislação																					PI																				
	Deficiente controlo do plano de investimentos	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																												I													
		Realização de reuniões de acompanhamento com a área financeira																												EI													
Planeamento e Ordenamento do Território	Favorecimento na apreciação de processos	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																							I		I															I	
		Elaboração de relatórios de controlo																							I		I																
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																							I		I															I	
		Segregação de funções																							I		I															I	
	Utilização de critérios de avaliação inadequados/insuficientes	Regras e procedimentos especificamente definidos																							I		I															I	
	Acréscimo não fundamentado no tempo de apreciação/decisão	Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos																									I															I	
		Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão, com prazos legais pré-definidos																							I																		
	Deficiente acompanhamento e controlo dos IGT	Segregação de Funções nas diferentes fases dos processos.																							I																		
		Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos processos e análise dos relatórios de execução.																							I																		
		Critérios de análise pré-definidos.																							I																		
		Fundamentação técnico-jurídica.																							I																		

Legenda:
Estado de Implementação: **I** - Implementado **EI** - Em Implementação **PI** - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

Riscos Específicos

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPES	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT
Elaboração de candidaturas de valorização	Ausência ou deficiente reporte de execução	Segregação de funções															I																										
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito															I																										
		Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos															I																										
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária															I																										
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos															PI																										
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados															I																										
	Utilização indevida dos apoios recebidos	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses															I																										
	Ausência de articulação entre as UO originando a duplicação de iniciativas	Criação de meios de comunicação internos, relativos às candidaturas de valorização															PI																										
Gestão do Domínio Público Marítimo e do Domínio Público Hídrico	Atribuição de títulos (licenciamentos e concessões) indevidos	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses															I																										
		Segregação de Funções															I																										
		Registo de ofertas															I																										
		Análise do histórico da entidade beneficiária															I																										
		Procedimentos acompanhados e validados por vários elementos da equipa															I																										
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses															I																										
		Segregação de Funções															I																										
		Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos															I																										
		Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos															I																										
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	Segregação de Funções															I																										
		Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases															I																										
		Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos															I																										
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses															I																										
		Segregação de Funções															I																										
		Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos															I																										
Acompanhamento da descentralização de competências	Ausência de controlo do sistema para verificações dos prazos legais de reporte	Verificação e acompanhamento dos prazos, através de reuniões com as Unidades Orgânicas responsáveis															I																										
	Incumprimento das obrigações da CMC na gestão dos centros de saúde	Visitas diárias e reporte dos incidentes na plataforma GLOSE															I																										
	Incorreta análise das despesas elegíveis para reporte à DGAL do FFD (Fundo de Financiamento da Descentralização)	Fundamentação técnica e jurídica das despesas elegíveis															I																										
	Deficiente articulação interna na divulgação de informação proveniente de entidades externas	Articulação com as unidades orgânicas envolvidas no processo de descentralização															I																										
		Consulta dos portais institucionais das entidades externas competentes															I																										
Projetos de Obras Municipais	Favorecimento de Processo de escolha de Entidades parceiras que intervenham no Processo	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																					I																				
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																					EI																				
		Segregação de funções																					I																				
	Deficiente acompanhamento e controlo do Projeto	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																					I																				
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																					EI																				
		Segregação de funções																					I																				
	Ausência ou deficiente reporte da execução	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																					I																				
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																					EI																				
		Segregação de funções																					I																				

Legenda:
Estado de Implementação: **I** - Implementado **EI** - Em Implementação **PI** - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

Riscos Específicos

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPES	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT
Carta Municipal de Habitação	Favorecimento de Processo de escolha de Entidades parceiras que intervenham no Processo	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																					I																				
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																					EI																				
		Segregação de funções																					I																				
		Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos																					I																				
		Frequência de ações de formação sobre legislação																					I																				
	Deficiente acompanhamento da fase de diagnóstico	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																					I																				
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																					EI																				
		Segregação de funções																					I																				
	Deficiente acompanhamento da fase de definição de objetivo e instrumentos de intervenção	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																					I																				
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																					EI																				
		Segregação de funções																					I																				
		Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos																					I																				
		Frequência de ações de formação sobre legislação																					I																				
	Deficiente acompanhamento da proposta final	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																					I																				
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																					EI																				
		Segregação de funções																					I																				
		Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos																					I																				
		Frequência de ações de formação sobre legislação																					I																				
	Ausência ou deficiente reporte da execução	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																					I																				
		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																					EI																				
		Segregação de funções																					I																				
Manutenção da Frota do Município (Viaturas e Máquinas)	Deficiente controlo sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados																																						I			
		Segregação de funções																																						I			
		Segregação de acessos																																						I			
	Deficiente articulação interna	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo																																						I			
		Responsabilização dos intervenientes																																						I			
		Calendarização conjunta de iniciativas																																						I			
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases																																						I			
	Deficiente avaliação/gestão de contratos da frota cuja manutenção esteja contratualizada com entidade externa	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos																																						I			
Planeamento e Gestão de Transportes	Utilização indevida de viaturas da frota municipal	Controlo efetivo e permanente do sistema de gestão de frota																																						I			
	Deficiente supervisão e fiscalização da atividade dos operadores	Acompanhamento presencial da atividade dos operadores																																						I			
		Monitorização da qualidade do serviço prestado																																						EI			
	Insuficiente fundamentação na tomada de decisão	Segregação de funções																																						I			
		Existência de critérios de análise pré-definidos																																						EI			
		Fundamentação técnico-jurídica																																						EI			
		Acompanhamento permanente																																						I			
	Inadequada monitorização dos serviços de transporte de passageiros e carga de mercadorias	Elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódico																																						EI			
Cobrança de taxas	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno																											I														
		Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis																											I														
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis																											I														
		Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento																											PI														
Loteamentos municipais	Favorecimento no processo de licenciamento	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																									I																
		Segregação de Funções																									I																
		Registo de ofertas																									I																
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos																									I																
		Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos																									I																
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases																									I																
		Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos																									I																
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses																									I																
		Segregação de Funções																									I																
		Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos																									I																
Projetos municipais de arquitetura (habitação municipal, equipamentos)	Utilização de critérios de elaboração inadequados/insuficientes	Regras e procedimentos especificamente definidos																									I																
	Acréscimo não fundamentado no tempo de elaboração/decisão	Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos																									I																
Elaboração de pareceres, estudos e análise técnica (Processos de Tutela Urbanística)	Existência de erros, omissões ou ambiguidade	Cumprimento de legislação e conhecimento da matéria.		I																																							
	Insuficiente fundamentação / níveis de discricionariedade pouco adequados	Cumprimento de legislação e conhecimento da matéria.		I																																							
	Violação dos deveres de isenção e de imparcialidade	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção		I																																							
		Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam		I																																							
		Subscrição da Declaração de Conhecimento da Política de Gestão de Conflito de Interesses		I																																							

Legenda:
Estado de Implementação: **I** - Implementado **EI** - Em Implementação **PI** - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

ANEXO IV – INQUÉRITOS DE AVALIAÇÃO ANUAL

Presidência

Gabinete da Presidência (GPRE) Responsável: Coordenador

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão de Ofertas Institucionais	Controlo deficiente das ofertas institucionais	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Código de Ética e Conduta, onde constam as diretrizes de atuação	Implementado
							Acompanhamento e supervisão pelos dirigentes	Implementado
							Registo das ofertas institucionais e articulação para gestão interna dos bens/serviços	Implementado
							Registo de acesso público das ofertas institucionais, disponibilizado no site institucional	Implementado

Presidência

Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização (DPF) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Munícipes e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
							Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
							Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos	Implementado
							Metodologias de verificação sistemática	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado

Presidência

Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização (DPF) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Fiscalização	Favorecimento no munícipe em detrimento do Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas	Implementado
							Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado agente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de atribuição indiferenciada de processo	Implementado
							Rotatividade de equipas	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Apropriação indevida de artigos resultantes de apreensões decorrentes da atividade operacional	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração do Auto de Apreensão com indicação de todos os artigos apreendidos e respetivas guias de entrega para posterior conferência	Implementado
	Incorreta identificação das áreas florestais e das zonas de maior risco, comprometendo a eficácia do PDFCI no combate a uma catástrofe	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Rigorosa elaboração da cartografia das zonas florestais e identificação das suas características	Implementado
							Monitorização e atualização da informação	Implementado
	Incumprimento dos prazos legais quanto às ações de prevenção de incêndios florestais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
Policiamento	Deficiente controlo dos materiais e/ou equipamentos apreendidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de contabilização e registo dos materiais e/ou equipamentos	Implementado
	Perda da receita da cobrança em numerário	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Emissão de comprovativo de pagamento	Implementado
	Utilização e/ou apropriação indevida dos bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Controlo efetivo e permanente dos bens armazenados	Implementado
							Responsabilização dos intervenientes	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas	Implementado
							Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
Elaboração de pareceres, estudos e análise técnica (Processos de Tutela Urbanística)	Existência de erros, omissões ou ambiguidade	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento de legislação e conhecimento da matéria.	Implementado
	Insuficiente fundamentação / níveis de discricionariedade pouco adequados	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento de legislação e conhecimento da matéria.	Implementado
	Violação dos deveres de isenção e de imparcialidade	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	Implementado
							Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam	Implementado
							Subscrição da Declaração de Conhecimento da Política de Gestão de Conflito de Interesses	Implementado

Presidência

Serviço Municipal de Proteção Civil (SPC) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Registo de empréstimo de material	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo	Implementado
							Responsabilização dos intervenientes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Realização de Diligência Devida	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Medidas previstas nos protocolos com os Corpos de Bombeiros	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
Proteção Civil	Falta de imparcialidade e isenção na promoção de parceiros entre entidade externas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Cumprimento do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro	Implementado
	Incumprimento dos planos de resposta a emergências	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Validação das decisões cruciais pelo Centro Municipal de Operações de Socorro	Implementado

Presidência

Departamento de Segurança de Edifícios e Equipamentos Municipais (DSE) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo	Implementado
							Responsabilização dos intervenientes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
Segurança da Informação	Utilização indevida de imagens captadas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno	Implementado
							Responsabilização dos intervenientes	Implementado
							Garantir a eliminação das imagens gravadas ao fim de 30 dias para dar cumprimento ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação das obrigações de informação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno	Implementado
	Eliminação/Alteração indevida de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise periódica dos registos de operações efetuadas	Implementado
							Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas	Implementado
							Ativação de alertas	Implementado
							Sistema de controlo e registo dos equipamentos disponíveis/atribuídos permanentemente atualizado	Implementado
							Realização de *backups*	Implementado

Presidência

Departamento de Assuntos Jurídicos (DAJ) Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Assuntos Jurídicos	Manipulação, ocultação ou destruição intencional de informação recebida/enviada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado
							Sistema de registo e tratamento da informação com mecanismos de segurança assegurados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Acompanhamento por parte de intervenientes de distintos níveis hierárquicos e unidades de estrutura	Implementado
	Incumprimento de prazos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
							Supervisão do cumprimento dos prazos legais	Implementado
	Deficiente enquadramento legal, regulamentar e contratual na elaboração e/ou celebração de contratos, protocolos e outros instrumentos jurídico-institucionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Regras específicas na formalização das propostas, vinculando-as ao cumprimento da legislação em vigor ou de regulamentação municipal	Implementado
	Falta ou deficiente implementação das recomendações/procedimentos impostos para execução de sentenças judiciais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação da informação e procedimentos, normas a implementar para que a decisão judicial/situação seja acatada/colmatada/evitada de futuro	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas envolvidas no processo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)

Departamento de Comunicação e Serviço ao Cidadão (DCS) Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Munícipes e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
							Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
							Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
							Uniformização dos métodos/procedimentos de trabalho	Implementado
	Inadequada partilha de informação fora do posto de trabalho	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sensibilização para o cumprimento dos procedimentos internos	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos	Implementado
							Metodologias de verificação sistemática	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)

Departamento de Comunicação e Serviço ao Cidadão (DCS) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna	Implementado
							Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Ausência de estratégia de articulação com os meios de comunicação social	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Metodologia de orientações e regras de conduta na relação interna/externa previamente definidas que conduzem a envio de press release e notas de agenda para lista contactos definida	Implementado
							Esclarecimento de jornalistas em resposta a pedidos enviados via email e/ou contactos telefónico via assessoria de imprensa	Implementado
	Divulgação de informação incorreta através dos canais oficiais internos (intranet) e externos (portal e redes sociais)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Metodologias de orientações e regras de conduta na relação interna/externa	Implementado
							Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
							Existência de mecanismos que asseguram a recolha, compilação e consolidação de informação e a sua atualização em articulação com as áreas e equipas responsáveis pela produção de conteúdos	Implementado
							Existência de manual de comunicação para garantir que esta acontece de forma clara e inclusiva a todos os níveis	Implementado
	Ausência de informação sistematizada de forma clara e disponível no site e intranet (transparência administrativa)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cadeia com diversos intervenientes que analisam, apreciam e autorizam	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Existência de mecanismos que assegurem a recolha, compilação e consolidação de informação e a sua atualização	Implementado
							Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
							Existência de manual de comunicação para garantir que esta acontece de forma clara e inclusiva a todos os níveis	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)

Departamento de Tecnologias de Informação (DTI) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo	Implementado
							Responsabilização dos intervenientes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Em Implementação
Segurança da Informação	Incumprimento e/ou erro de interpretação das obrigações de informação ou disponibilização de acesso às mesmas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Formalização de denúncias relativas a tratamento de dados pessoais através de Portal existente para o efeito	Implementado
							Relato de incidente de segurança ao Centro Nacional de Cibersegurança	Implementado
	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno	Implementado
							Monitorização de registos de utilização da MFA (autenticação multifacetada) com recurso a dados biométricos	Em Implementação
							Implementação de políticas de reforço de troca de password bimensal	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)

Departamento de Tecnologias de Informação (DTI) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Segurança da Informação	Eliminação/Alteração indevida de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise periódica dos registos de operações efetuadas	Em Implementação
							Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas	Em Implementação
							Ativação de alertas	Em Implementação
							Sistema de controlo e registo dos equipamentos disponíveis/atribuídos permanentemente atualizado	Implementado
							Realização de backups	Implementado
	Incumprimento do plano de *backups* definido	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Revisão periódica das permissões atribuídas	Implementado
							Realizar testes de verificação	Implementado
							Registo de operações e de verificação de backups	Em Implementação
							Definição de escalamento e registo de ações desenvolvidas	Implementado
	Ausência de verificação do estado dos dados de *backup*	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Revisão periódica das permissões atribuídas	Em Implementação
							Realizar testes de verificação	Em Implementação
							Análise periódica dos registos de operações efetuadas	Em Implementação
							Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas	Em Implementação
							Ativação de alerta	Em Implementação

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)

Departamento de Recursos Humanos (DRH) Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Munícipes e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Registo de todos os documentos na aplicação de gestão documental	Implementado
Recrutamento e Gestão de RH	Controlo deficiente sobre procedimentos de pagamento de salários e de despesas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções com dois níveis de validação	Implementado
							Restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença e, existência de dois níveis de conferência da informação inserida	Implementado
							Duplo nível de conferência da documentação e restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença	Implementado
							Procedimentos/metodologias que minimizam ou eliminam os erros, mediante a conferência e atualização regular dos processos	Implementado
	Acesso indevido às informações de cadastro, remunerações mensais e quebras de sigilo, bem como às declarações de registo de interesses	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Perfis de acesso reservado	Implementado
							Níveis diferenciados de acesso ao sistema informático de gestão de pessoal	Implementado
							Acesso restrito ao arquivo físico de processos individuais dos trabalhadores	Implementado
	Deficiente controlo do regime de acumulação de funções e/ou com insuficiente informação de suporte	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Análise criteriosa e solicitação de esclarecimentos adicionais sempre que se revelem necessários ao rigor da avaliação	Implementado
	Recurso excessivo ao trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes do serviço	3	2	6	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise prévia da fundamentação aduzida pelos serviços, justificativa do recurso à realização de trabalho extraordinário	Implementado
							Formação de sensibilização com vista a reduzir o trabalho suplementar	Implementado
	Deficiente gestão das quotas atribuídas na avaliação de desempenho	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização das avaliações atribuídas e das percentagens máximas legalmente permitidas	Implementado
	Favorecimento dos candidatos na realização de estágios profissionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Clareza nos critérios de seleção, bem como na descrição das funções a desempenhar	Implementado
	Utilização de critérios de avaliação pouco objetivos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Formação profissional em definição de objetivos, indicadores de medida e critérios de superação	Implementado
							Objetivos exequíveis e coerentes	Implementado
							Reuniões avaliador/avaliado	Implementado
	Benefícios/prejuízos indevidos resultantes de deficiente registo e avaliação de ausências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções com dois níveis de validação	Implementado
							Restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença e existência de dois níveis de conferência da informação inserida	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)

Departamento de Recursos Humanos (DRH) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Recrutamento e Gestão de RH	Inserção inadequada de certificados de incapacidade temporária para o trabalho e de outros documentos justificativos da ausência ao serviço	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Inserção efetuada exclusivamente pela equipa de gestão de assiduidade	Implementado
							Existência de um duplo nível de conferência da documentação e, restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença	Implementado
	Deficiente controlo de distribuição de equipamentos de proteção individual e fardamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Identificação dos equipamentos existentes	Implementado
							Levantamento de necessidades dos equipamentos	Implementado
	Ausência ou deficiente levantamento de competências por função	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envolvimento dos dirigentes no desenvolvimento deste instrumento, bem como na constante atualização dos perfis de competências	Implementado
	Desadequação das propostas de mobilidade e/ou não avaliação de pedidos de mobilidade internos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Avaliação prévia do perfil de competências e/ou das necessidades evidenciadas em mapa pessoal	Implementado
							Informação agregada de pedidos de mobilidade	Implementado
							Realização de Diligência Devida	Por Implementar
	Discricionariedade, ambiguidade e/ou subjetividade na avaliação dos candidatos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios que permitam que o recrutamento do pessoal seja levado a cabo dentro de princípios de equidade	Implementado
							Realização de Diligência Devida	Implementado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo	Implementado
							Responsabilização dos intervenientes	Implementado
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
Gestão Financeira	Incumprimento das regras legais inerentes aos processamentos de despesa e de receita	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de verbas e valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Existência de manual de procedimentos	Por Implementar
							Verificação e monitorização do seu cumprimento	Implementado
							Responsabilização dos intervenientes	Implementado
							Definição de um sistema de articulação interna de circulação de informação	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)

Departamento de Eventos e Representação (DRE) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
							Registo de entrada e saída de material	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Realização da Diligência Devida	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)

Departamento de Eventos e Representação (DRE) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna	Implementado
							Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Divulgação de informação incorreta através dos canais oficiais internos (intranet) e externos (portal e redes sociais)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação do Plano de Comunicação da CMC	Implementado
							Metodologias de orientações e regras de conduta na relação interna/externa	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)

Departamento de Sistemas de Informação Geográfica (DSI) Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Segurança da Informação	Incumprimento e/ou erro de interpretação das obrigações de informação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno	Implementado
	Eliminação/Alteração indevida de dados	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Análise periódica dos registos de operações efetuadas	Implementado
							Ativação de alertas	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

Departamento Financeiro (DFI) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Munícipes e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
							Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
							Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos	Implementado
							Metodologias de verificação sistemática	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

Departamento Financeiro (DFI) - cont.

Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Assuntos Jurídicos	Manipulação, ocultação ou destruição intencional de informação recebida/enviada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado
							Sistema de registo e tratamento da informação com mecanismos de segurança assegurados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Acompanhamento por parte de intervenientes de distintos níveis hierárquicos e unidades de estrutura	Implementado
	Incumprimento de prazos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
							Supervisão do cumprimento dos prazos legais	Implementado
	Deficiente enquadramento legal, regulamentar e contratual na elaboração e/ou celebração de contratos, protocolos e outros instrumentos jurídico-institucionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Regras específicas na formalização das propostas, vinculando-as ao cumprimento da legislação em vigor ou de regulamentação municipal	Implementado
	Falta ou deficiente implementação das recomendações/procedimentos impostos para execução de sentenças judiciais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação da informação e procedimentos, normas a implementar para que a decisão judicial/situação seja acatada/colmatada/evitada de futuro	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas envolvidas no processo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

Departamento Financeiro (DFI) - cont.

Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão Financeira	Incumprimento das regras legais inerentes aos processamentos de despesa e de receita	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de verbas e valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Verificação e monitorização do seu cumprimento	Implementado
							Responsabilização dos intervenientes	Implementado
							Definição de um sistema de articulação interna de circulação de informação	Implementado
	Alterações e revisões propostas desajustadas das necessidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Base de dados com as necessidades de cada momento	Implementado
							Reuniões de monitorização antes de fechar as propostas	Implementado
	Reporte de informação desatualizada ou incorreta	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Base de dados, automatizada, que forneça os dados de reporte obrigatório	Implementado
							Utilizar, sempre que possível, os dados produzidos pelo sistema de contabilidade	Implementado
							Criação de alertas	Implementado
							Verificação e validação da informação através da conferência dos dados reportados entre os diversos mapas	Implementado
	Não cumprimento das exigências legais e procedimentos formais na contratação de empréstimos, podendo comprometer o limite de endividamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência (ou criação) de equipa de técnicos responsáveis pelo acompanhamento do serviço da dívida e endividamento do Município	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Incumprimento de princípios e regras, orçamentais e previsionais, definidos em diploma legal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do enquadramento, viabilidade e legalidade dos objetivos propostos	Implementado
							Informação atualizada, catalogada e disponível de legislação e jurisprudência	Implementado
	Incumprimento do estabelecido para a realização de pagamentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Alteração dos princípios contabilísticos utilizados, comprometendo a análise e comparabilidade da situação financeira	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de reuniões prévias e de acompanhamento com os responsáveis das UO, no decorrer do processo de elaboração do Orçamento e Grandes Opções de Plano	Implementado
							Identificação clara e justificada das alterações, nos reportes e documentos elaborados e apresentados	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP) Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens Imóveis adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens Moveis adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Em Implementação
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis	Implementado
							Digitalização/desmaterialização de processos	Em Implementação
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

Departamento de Contratação Pública (DCP) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Procedimentos de Contratação Publica	Omissão no caderno de encargos de determinadas especificações técnicas, quanto à natureza do objeto do contrato a celebrar	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Existência de análise e supervisão das propostas aquisitivas para verificação do cumprimento dos requisitos	Implementado
							Estreita colaboração com serviços requisitantes para a definição das especificidades dos requisitos técnicos do caderno de encargos	Implementado
							Existência de documento junto ao pedido aquisitivo que contemple as especificações técnicas	Implementado
							Elaboração das especificações técnicas mediante as fichas técnicas dos produtos necessários de adquirir e que estejam disponíveis no mercado (no caso de aquisições urgentes)	Implementado
	Controlo deficiente sobre situações de conflitos de interesses	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em procedimentos de contratação pública, bem como pelos gestores de contratos	Implementado
	Repartição da despesa desvirtuando o enquadramento do procedimento adequado, nos termos do CCP	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Verificação da análise de cabimento e GOP pela Divisão do Plano e Controlo Orçamental (DPCO) no pedido de aquisição	Implementado
							Plano Anual de Atividades e análise dos pedidos de aquisição à luz do artigo 22.º do CCP	Implementado
							Existência de análise e supervisão dos pedidos aquisitivos para verificação do cumprimento dos requisitos	Implementado
	Falta de cabimentação prévia da despesa	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise e verificação da existência de cabimento prévio/GOP no pedido de aquisição	Implementado
							Verificação da análise de cabimento e GOP pela Divisão do Plano e Controlo Orçamental (DPCO) no pedido de aquisição	Implementado
	Ausência de fundamentação do preço base	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Consultas preliminares/evidências sites/Portal Base/procedimentos anteriores	Implementado
	Recurso inadequado ao procedimento por ajuste direto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Apresentação de propostas devidamente enquadradas e fundamentadas nos termos do Código dos Contratos Públicos	Implementado
							Existência de parâmetros de avaliação, e equipa multidisciplinar, que assegurem uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
	Insuficiente fundamentação/níveis de discricionariedade pouco adequados na análise e seleção das propostas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios de avaliação e equipa multidisciplinar que assegurem uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em procedimentos de contratação pública, bem como pelos gestores de contratos	Implementado
	Falta de avaliação pós-contratual dos fornecedores	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise da Ficha de contrato	Implementado
							Realização de avaliação ao fornecedor	Implementado
							Atualização da base de dados	Implementado
	Não respeitar o triénio das entidades a convidar	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Confirmação dos valores acumulados em triénio	Implementado
	Não respeitar a relação entre empresas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Confirmação da não existência de relacionamento entre empresas	Implementado
	Inexistência de aplicação das penalidades contratuais	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Controlo periódico dos fornecimentos	Implementado
							Realização de avaliação de fornecedores e qualidade dos materiais fornecidos	Implementado
	Aceitação de propostas (de entidades/operadores) que não cumpram os requisitos legais e normativos municipais	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise prévia pelo júri nomeado da exigibilidade das entidades/operadores	Implementado
							Monitorização do devido enquadramento e fundamentação das propostas nos termos do CCP	Implementado
							Realização de Diligência Devida	Implementado
	Realização de consultas preliminares ao mercado sem suporte documental	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Redação de uma informação, fundamentando a impossibilidade de suporte documental das consultas preliminares e identificação das entidades contactadas, dos preços praticados, bem como dos prazos de entrega dos bens/prestação dos serviços a contratualizar	Implementado
	Deficiente articulação entre as várias unidades orgânicas/intervenientes	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Comunicação eficaz	Implementado
							Realização, na medida do permitido pela urgência registada, da agregação de necessidades face aos intervenientes envolvidos	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

Departamento de Contratação Pública (DCP) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Monitorização dos Contratos	Falta de advertência quando sejam detetadas situações irregulares ou derrapagens nos prazos	2	3	6	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Formalização das advertências assim que as irregularidades sejam comunicadas pelo Gestor de Contrato	Implementado
							Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento do prazo do contrato	Implementado
	Deficiente acompanhamento dos contratos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise e encaminhamento das reclamações efetuadas pelos serviços	Implementado
							Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos	Implementado
							Metodologias de verificação e acompanhamento do reportado pelo Gestor de Contrato referente a cronogramas de prazo de execução, modificações ao contrato e preço contratual	Implementado
Gestão do Património Municipal	Deficiente controlo das existências	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis	Implementado
							Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Em Implementação
Controlo Interno	Incumprimento da programação de realização de auditorias	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Em Implementação
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Em Implementação
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão Financeira	Incumprimento das regras legais inerentes aos processamentos de despesa e de receita	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de verbas e valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Verificação e monitorização do seu cumprimento	Implementado
							Responsabilização dos intervenientes	Implementado
	Reporte de informação desatualizada ou incorreta	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Base de dados, automatizada, que forneça os dados de reporte obrigatório	Em Implementação
							Utilizar, sempre que possível, os dados produzidos pelo sistema de contabilidade	Implementado
							Criação de alertas	Implementado
							Verificação e validação da informação através da conferência dos dados reportados entre os diversos mapas	Implementado
	Incumprimento de princípios e regras, orçamentais e previsionais, definidos em diploma legal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Informação atualizada, catalogada e disponível de legislação e jurisprudência	Implementado
							Monitorização do enquadramento, viabilidade e legalidade	Implementado
	Erros e/ou omissões no registo contabilístico de imobilizado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização e verificação dos registos efetuados	Implementado
	Incumprimento do estabelecido para a realização de pagamentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Alteração dos princípios contabilísticos utilizados, comprometendo a análise e comparabilidade da situação financeira	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Identificação clara e justificada das alterações, nos reportes e documentos elaborados e apresentados	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

Departamento de Apoio à Gestão (DAG) Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Elaboração de candidaturas de valorização	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Utilização indevida dos apoios recebidos	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência de articulação entre as UO originando a duplicação de iniciativas	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Criação de meios de comunicação internos, relativos às candidaturas de valorização	Por Implementar
Gestão do Domínio Público Marítimo e do Domínio Público Hídrico	Atribuição de títulos (licenciamentos e concessões) indevidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Procedimentos acompanhados e validados por vários elementos da equipa	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de Funções	Implementado
							Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
Acompanhamento da descentralização de competências	Ausência de controlo do sistema para verificações dos prazos legais de reporte	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Verificação e acompanhamento dos prazos, através de reuniões com as Unidades Orgânicas responsáveis	Implementado
	Incumprimento das obrigações da CMC na gestão dos centros de saúde	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Visitas diárias e reporte dos incidentes na plataforma GLOSE	Implementado
	Incorreta análise das despesas elegíveis para reporte à DGAL do FFD (Fundo de Financiamento da Descentralização)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Fundamentação técnica e jurídica das despesas elegíveis	Implementado
	Deficiente articulação interna na divulgação de informação proveniente de entidades externas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Articulação com as unidades orgânicas envolvidas no processo de descentralização	Implementado
							Consulta dos portais institucionais das entidades externas competentes	Implementado

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)

Departamento de Planeamento e Controlo (DLC) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Controlo Interno	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Manual de Procedimentos da DACI	Implementado
							Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata	Implementado
	Incumprimento da programação de realização de auditorias	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
							Plano Anual de Auditoria Interna aprovado em RC	Implementado
							Programa de Auditoria Interna por AI a realizar	Implementado
							Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata	Implementado
							Programa de garantia de qualidade e melhoria	Implementado
	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Carta de Auditoria e Manual de Procedimentos com perfil do auditor	Implementado
							Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata	Implementado
							Plano Anual de Auditoria Interna aprovado em RC com ações de acompanhamento	Implementado
							Checklist de acompanhamento das AI	Implementado
							Mapa de Follow-up de AI´s conforme previsto no Manual Procedimentos da DACI	Implementado
	Falta de rigor e imparcialidade do auditor	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Carta de Auditoria e Manual de Procedimentos com perfil do auditor	Implementado
							Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata	Implementado
							Checklist de acompanhamento das AI	Implementado
							Programa de garantia de qualidade e melhoria	Implementado
							Subscrição pelo auditor da Carta de Auditoria, Manual de Procedimentos e Norma de Controlo Interno	Implementado
							Manual de Competências e Avaliação de Auditores Internos e Peritos Técnicos	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata	Implementado
							Reuniões de Equipa pós Auditorias para preparação do relatório. Nesta fase, a equipa deverá rever e analisar os resultados; consolidar as constatações,	Implementado
							Programa de garantia de qualidade e melhoria	Implementado
							Manual de Competências e Avaliação de Auditores Internos e Peritos Técnicos	Implementado

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)

Departamento de Transparência e Qualidade (DTQ) Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução do Programa de Cumprimento Normativo	Favorecimento ou branqueamento de situações irregulares	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações	Implementado
							Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência	Implementado
							Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado
							Cumprimento do Código de Ética e Conduta	Implementado
							Implementação do Manual de Gestão de Conflitos de Interesses	Implementado
	Violação dos princípios de legalidade, justiça, imparcialidade, competência, responsabilidade, proporcionalidade, transparência e boa-fé	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações	Implementado
							Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência	Implementado
							Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado
							Implementação do Manual de Gestão de Conflitos de Interesses Cumprimento do Código de Ética e Conduta	Implementado
	Deficiente enquadramento das matérias para aprovação superior	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações	Implementado
							Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência	Implementado
							Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado
							Implementação do Manual de Procedimentos	Implementado
	Acesso indevido a informações sigilosas constantes nas denúncias	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações	Implementado
							Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência	Implementado
							Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado
							Cumprimento do Código de Ética e Conduta	Implementado
							Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados	Implementado
							Tramitação de documentação em pastas de acesso reservado	Implementado
	Atos de retaliação contra denunciantes	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência	Implementado
							Cumprimento do Código de Ética e Conduta	Implementado
							Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações	Implementado

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)

Departamento de Transparência e Qualidade (DTQ) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução do Programa de Cumprimento Normativo	Morosidade ou ausência de resposta aos denunciantes	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimentos, sistema de alerta e monitorização dos prazos de resposta	Implementado
							Implementação do Manual de Procedimentos	Implementado
							Designação de diversos Gestores de Denúncias	Implementado
	Utilização indevida de informação privilegiada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação do Manual de Procedimentos	Implementado
							Cumprimento do Código de Ética e Conduta	Implementado
							Tramitação de documentação em pastas de acesso reservado	Implementado
	Atraso na publicitação e comunicação dos instrumentos de execução do Programa	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimentos, sistema de alerta e monitorização dos prazos de resposta	Implementado
							Implementação do Manual de Procedimentos	Implementado
							Plano de monitorização do Sistema de Gestão Anticorrupção	Implementado
							Plano de comunicação do Sistema de Gestão Anticorrupção	Implementado
	Manipulação, ocultação ou destruição intencional de informação recebida/enviada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado
							Sistema de registo e tratamento da informação com mecanismos de segurança assegurados	Implementado
							Segregação de funções (o visado não participa no processo de averiguação e tomada de decisão)	Implementado
							Acompanhamento por parte de intervenientes de distintos níveis hierárquicos e unidades de estrutura	Implementado
							Cumprimento do Código de Ética e Conduta	Implementado
							Implementação do Manual de Procedimentos	Implementado

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)

Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL) Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos Cofinanciados	Favorecimento no processo de escolha de entidades parceiras que intervenham no projeto	1	2	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Verificação dos critérios de elegibilidade estabelecidos para a escolha de parceiros (ex: Análise do histórico da entidade beneficiária)	Implementado
	Duplo financiamento	1	3	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Subscrição de Declaração de Beneficiário com preenchimento do "Questionário de Duplo Financiamento"	Implementado
							Aposição de logotipo/carimbo na documentação física apresentada à comparticipação e no que concerne à recente documentação de despesa desmaterializada	Implementado
							Norma para inclusão no Manual de Procedimentos	Em Implementação
							Sensibilização dos trabalhadores diretamente envolvidos na gestão dos projetos (via reuniões sistemáticas e regulares)	Implementado
							Divulgação das normas estabelecidas para a gestão de projetos comparticipados no Município	Em Implementação
							Implementação de melhoria para reconhecimento do financiamento da despesa no módulo de gestão financeira (SNC), com identificação da operação financiada, taxa de afetação e/ou a respetiva elegibilidade da despesa;	Em Implementação
							Implementação no Sistema de Normalização Contabilística (AIRC) de um módulo dedicado ao reconhecimento dos subsídios de investimento / financiamento inventariado	Em Implementação
	Utilização indevida dos apoios pelo Município	1	3	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Norma para o acompanhamento e controlo das operações comparticipadas (vertida no Manual de Procedimentos) que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
							Realização de ações de verificação / acompanhamento & Elaboração de relatórios de controlo com base nos indicadores de Realização e Resultados da operação	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	2	2	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Norma para o acompanhamento e controlo das operações comparticipadas (vertida no Manual de Procedimentos) que garante a uniformização dos procedimentos	Em Implementação
							Realização de ações de verificação / acompanhamento & Elaboração de relatórios de controlo com base nos indicadores de Realização e Resultados da operação (de acordo com o modelo de verificação elaborado em Norma Interna)	Implementado

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)

Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos Cofinanciados	Ausência ou deficiente capacidade de reporte de execução	1	2	1	Reduzido	Aceitar o risco	Relatórios trimestrais de atividades da própria Direção	Implementado
							Relatórios intercalares / anuais às Autoridades de Gestão	Implementado
	Favorecimento na apresentação de pedidos de pagamento	1	2	1	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
	Incorreta verificação da conformidade da despesa	2	2	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Norma vertida no Manual de Procedimentos que garante a uniformização na verificação da conformidade da despesa	Em Implementação

Direção Municipal de Cultura (DMCL)

Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Munícipes e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
							Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
							Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos	Em Implementação
							Reuniões de monitorização/acompanhamento das ações	Implementado
	Dispersão geográfica/partilha do depósito de documentos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso condicionado/vigilância nos espaços de depósito de documentos em arquivo	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Apropriação indevida/extravio de documentos e/ou processos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos/levantamento de necessidades de ações de conservação do espólio documental/processual	Implementado
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis	Implementado
							Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Cultura (DMCL)

Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo	Implementado
							Responsabilização dos intervenientes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Realização de Diligência Devida	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado

Direção Municipal de Cultura (DMCL)

Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna	Implementado
							Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
							Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Cultura (DMCL)

Departamento de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico (DAB) Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Munícipes e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
							Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
							Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos	Implementado
							Metodologias de verificação sistemática	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado

Direção Municipal de Cultura (DMCL)

Departamento de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico (DAB) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos	Implementado
							Reuniões de monitorização/acompanhamento das ações	Implementado
	Dispersão geográfica/partilha do depósito de documentos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso condicionado/vigilância nos espaços de depósito de documentos em arquivo	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Apropriação indevida/extravio de documentos e/ou processos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos/levantamento de necessidades de ações de conservação do espólio documental/processual	Implementado
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis	Implementado
							Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)

Departamento de Promoção de Habitação (DPH) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar
							Elaboração de relatórios de controlo	Por Implementar
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Por Implementar
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Por Implementar
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Por Implementar
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Por Implementar
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar
							Elaboração de relatórios de controlo	Por Implementar
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Por Implementar
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Por Implementar
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Por Implementar
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Por Implementar
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar
							Elaboração de relatórios de controlo	Por Implementar
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Por Implementar
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Por Implementar
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial	Por Implementar
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Por Implementar
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Por Implementar
Projetos de Obras Municipais	Favorecimento de Processo de escolha de Entidades parceiras que intervenham no Processo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do Projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)

Departamento de Promoção de Habitação (DPH) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos de Obras Municipais	Ausência ou deficiente reporte da execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
Carta Municipal de Habitação	Favorecimento de Processo de escolha de Entidades parceiras que intervenham no Processo	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Implementado
	Deficiente acompanhamento da fase de diagnóstico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
	Deficiente acompanhamento da fase de definição de objetivo e instrumentos de intervenção	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Implementado
	Deficiente acompanhamento da proposta final	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte da execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)

Departamento de Processos Especiais (DPR) Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções com Apreciação Sequencial Hierarquizada	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Ações de formação	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)

Departamento de Planeamento Estratégico (DPE) Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Planeamento e Ordenamento do Território	Favorecimento no processo de elaboração e monitorização dos Instrumentos de Gestão Territorial	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses.	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo.	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses.	Implementado
							Segregação de funções.	Implementado
	Utilização de critérios de avaliação inadequados/insuficientes	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Regras e procedimentos especificamente definidos	Implementado
	Acréscimo não fundamentado no tempo de apreciação/decisão	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão, com prazos legais pré-definidos.	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo dos IGT	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de Funções nas diferentes fases dos processos.	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos processos e análise dos relatórios de execução.	Implementado
							Critérios de análise pré-definidos.	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica.	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)

Departamento de Licenciamento Urbanístico (DLU) Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos, de forma equitativa	Implementado
							Responsabilização da chefia para alteração do técnico atribuído	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	2	1	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Ações de formação	Implementado
							Realização de reuniões regulares	Implementado
							Envio sistemático de Manuais de procedimentos	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Em Implementação
							Atribuição de tarefas com prazo a cada funcionário por parte da chefia direta, nos casos de incumprimento sistemático de prazos	Em Implementação
							Implementação de Power BI de prestação de serviço de cada divisão do departamento	Em Implementação
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de forma equitativa	Implementado
							Definição de equipas atribuídas a cada natureza de processo	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)

Departamento de Estudos e Loteamentos (DEL) Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Planeamento e Ordenamento do Território	Favorecimento na apreciação de processos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Utilização de critérios de avaliação inadequados/insuficientes	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Regras e procedimentos especificamente definidos	Implementado
	Acréscimo não fundamentado no tempo de apreciação/decisão	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
Loteamentos municipais	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
Projetos municipais de arquitetura (habitação municipal, equipamentos)	Utilização de critérios de elaboração inadequados/insuficientes	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Regras e procedimentos especificamente definidos	Implementado
	Acréscimo não fundamentado no tempo de elaboração/decisão	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)

Departamento de Especialidades de Infraestruturas e de Edifícios (DES) Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Ações de formação	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)

Divisão de Licenciamentos Económicos (DLEC) — Responsável: Chefe de Divisão

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Existência de critérios técnicos pré-definidos e Regulamentos Municipais	Implementado
							Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam, apreciam e autorizam	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Implementação de Power BI de produtividade do Departamento	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Ações de formação	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação/decisão	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Em Implementação
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Em Implementação
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
Cobrança de taxas	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Por Implementar

Direção Municipal de Projetos Estruturantes (DMES)

Divisão de Projetos Estruturantes (DPES) Responsável: Chefe de Divisão

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de controle e enquadradas pela cadeia hierárquica	Em Implementação
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Controle de Trabalhos complementares em todas as reuniões de obra	Em Implementação
	Deficiente controlo do plano de investimentos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de reuniões de acompanhamento com a área financeira	Em Implementação

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)

Departamento de Ambiente e do Mar (DAM) Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Falta de imparcialidade na avaliação/ fiscalização de espaços verdes cuja manutenção esteja protocolada com entidade exterior	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Elaboração de Relatórios de Fiscalização	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo	Implementado
							Responsabilização dos intervenientes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Realização de Diligência Devida	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)

Departamento de Ambiente e do Mar (DAM) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Por Implementar
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios, objetividade e transparência nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios técnicos pré-definidos	Implementado
							Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de acompanhamento e controlo	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)

Departamento de Ambiente e do Mar (DAM) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios de monitorização pré-definidos	Implementado
							Relatórios de acompanhamento da execução, com conhecimento da cadeia hierárquica	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de acompanhamento e controlo	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)

Departamento de Ambiente e do Mar (DAM) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Ações de formação	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
Projetos Cofinanciados	Utilização indevida dos apoios pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Existência de instrumentos que garantam que a recolha de opiniões é efetuada de forma isenta e imparcial (livro de reclamações e/ou de elogios, endereço eletrónico)	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Produção de indicadores e de controlo de dados	Implementado
							Acompanhamento periódico da evolução dos indicadores	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação sistemática dos resultados das candidaturas apresentadas	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)

Departamento de Participação e Cidadania (DPC) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Realização de Diligência Devida	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)

Departamento de Participação e Cidadania (DPC) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Validação prévia da informação prestada nas ações de campanhas junto dos cidadãos	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Realização de Diligência Devida	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Por Implementar
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
Atribuição de Apoios Sociais	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Por Implementar
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
							Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Sociais	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
							Solicitação de relatórios de execução	Implementado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios, objetividade e transparência nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)	Por Implementar
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Por Implementar
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios técnicos pré-definidos	Implementado
							Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de acompanhamento e controlo	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Em Implementação
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Inexistência de avaliação dos resultados das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Por Implementar
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios de monitorização pré-definidos	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de acompanhamento e controlo	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Em Implementação
							Relatórios de acompanhamento da execução, com conhecimento da cadeia hierárquica	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Inexistência de avaliação dos resultados do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas juntos dos cidadãos	Implementado
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna	Implementado
							Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Divulgação de informação incorreta através dos canais oficiais internos (intranet) e externos (portal e redes sociais)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação do Plano de Comunicação da CMC	Implementado
							Metodologias de orientações e regras de conduta na relação interna/externa	Implementado
	Ausência de informação sistematizada de forma clara e disponível no site e intranet (transparência administrativa)	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cadeia com diversos intervenientes que analisam, apreciam e autorizam	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Existência de mecanismos que assegurem a recolha, compilação e consolidação de informação e a sua atualização	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Munícipes e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
							Prestação de esclarecimentos no preenchimento da Reclamação	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
							Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do munícipe	Por Implementar
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
							Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Realização de Diligência Devida	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de caráter eventual	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Existência de dossier financeiro com centro de custos	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de caráter eventual	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Existência de dossier financeiro com centro de custos	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de caráter eventual	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de caráter eventual	Implementado
Atribuição de Apoios Sociais	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS)	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Sociais	Utilização pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS)	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS)	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Solicitação de relatórios de execução	Implementado
							Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS)	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Subsídios	Favorecimento no processo de atribuição de subsídios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Realização de Diligência Devida	Implementado
	Utilização indevida dos subsídios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos subsídios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Em Implementação
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Validação prévia da informação prestada nas ações de campanhas junto dos cidadãos	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)

Departamento de Educação (DED) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos	Implementado
							Reuniões de monitorização/acompanhamento das ações	Implementado
	Dispersão geográfica/partilha do depósito de documentos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso condicionado/vigilância nos espaços de depósito de documentos em arquivo	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Apropriação indevida/extravio de documentos e/ou processos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos/levantamento de necessidades de ações de conservação do espólio documental/processual	Implementado
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis	Implementado
							Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)

Departamento de Educação (DED) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
Atribuição de Apoios Sociais	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Solicitação de relatórios de execução	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)

Departamento de Educação (DED) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios, objetividade e transparência nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)

Departamento de Educação (DED) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas juntos dos cidadãos	Implementado
Projetos Cofinanciados	Favorecimento no processo de escolha de entidades parceiras que intervenham no projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)

Departamento de Educação (DED) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos Cofinanciados	Duplo financiamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação sistemática dos resultados das candidaturas apresentadas	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Favorecimento na apresentação de pedidos de pagamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)

Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	2	1	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	2	1	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis	Implementado
							Digitalização/desmaterialização de processos	Em Implementação
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Por Implementar
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Realização de Diligência Devida	Em Implementação
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)

Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Por Implementar
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios, objetividade e transparência nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Por Implementar
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios técnicos pré-definidos	Implementado
							Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de acompanhamento e controlo	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Por Implementar
							Avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)

Departamento de Promoção do Talento (DPT) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Munícipes e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
							Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
							Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos	Implementado
							Reuniões de monitorização/acompanhamento das ações	Implementado
	Dispersão geográfica/partilha do depósito de documentos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso condicionado/vigilância nos espaços de depósito de documentos em arquivo	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Apropriação indevida/extravio de documentos e/ou processos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos/levantamento de necessidades de ações de conservação do espólio documental/processual	Implementado
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis	Implementado
							Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)

Departamento de Promoção do Talento (DPT) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Realização de Diligência Devida	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Monitorização e acompanhamento dos projetos apoiados	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)

Departamento de Promoção do Talento (DPT) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)

Departamento de Promoção do Talento (DPT) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Validação prévia da informação prestada nas ações de campanhas junto dos cidadãos	Implementado
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna	Implementado
							Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Ausência de estratégia de articulação com os meios de comunicação social	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação do Plano de Comunicação da CMC	Implementado
							Existência de Plano comunicação Cascais Jovem	Implementado
	Divulgação de informação incorreta através dos canais oficiais internos (intranet) e externos (portal e redes sociais)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação do Plano de Comunicação da CMC	Implementado
							Metodologias de orientações e regras de conduta na relação interna/externa	Implementado
	Ausência de informação sistematizada de forma clara e disponível no site e intranet (transparência administrativa)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cadeia com diversos intervenientes que analisam, apreciam e autorizam	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Existência de mecanismos que assegurem a recolha, compilação e consolidação de informação e a sua atualização	Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)

Centro de Recolha Oficial Animal (CROA) Responsável: Coordenador

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Munícipes e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Em Implementação
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e arquivo de toda a documentação entregue	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
							Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC)	Em Implementação
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Metodologias de verificação sistemática	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)

Departamento de Infraestruturas e Vias (DIV) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Fiscalização	Favorecimento no munícipe em detrimento do Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas	Implementado
							Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial	Implementado
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de Conhecimento da Política de Gestão de Conflito de Interesses	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial	Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)

Departamento de Transportes e Manutenção Auto (DTM) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Segurança da Informação	Incumprimento e/ou erro de interpretação das obrigações de informação	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Reporte de informação periódica relativa à utilização da frota municipal aos serviços da Administração Direta Estado	Implementado
	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções/Segregação de acessos	Implementado
							Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno	Implementado
Manutenção da Frota do Município (Viaturas e Máquinas)	Deficiente controlo sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Segregação de acessos	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo	Implementado
							Responsabilização dos intervenientes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
	Deficiente avaliação/gestão de contratos da frota cuja manutenção esteja contratualizada com entidade externa	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
Planeamento e Gestão de Transportes	Utilização indevida de viaturas da frota municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Controlo efetivo e permanente do sistema de gestão de frota	Implementado
	Deficiente supervisão e fiscalização da atividade dos operadores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acompanhamento presencial da atividade dos operadores	Implementado
							Monitorização da qualidade do serviço prestado	Em Implementação
	Insuficiente fundamentação na tomada de decisão	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
							Existência de critérios de análise pré-definidos	Em Implementação
							Fundamentação técnico-jurídica	Em Implementação
							Acompanhamento permanente	Implementado
	Inadequada monitorização dos serviços de transporte de passageiros e carga de mercadorias	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódico	Em Implementação

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)

Departamento de Obras e Manutenção de Edifícios (DME) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos	Implementado
							Metodologias de verificação sistemática	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Falta de imparcialidade na avaliação/ fiscalização de espaços verdes cuja manutenção esteja protocolada com entidade exterior	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo	Implementado
							Responsabilização dos intervenientes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)

Departamento de Obras e Manutenção de Edifícios (DME) - cont. Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Fiscalização	Favorecimento no munícipe em detrimento do Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas	Implementado
							Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado agente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de atribuição indiferenciada de processo	Implementado
							Rotatividade de equipas	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Apropriação indevida de artigos resultantes de apreensões decorrentes da atividade operacional	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração do Auto de Apreensão com indicação de todos os artigos apreendidos e respetivas guias de entrega para posterior conferência	Implementado
	Incorreta identificação das áreas florestais e das zonas de maior risco, comprometendo a eficácia do PDFCI no combate a uma catástrofe	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Rigorosa elaboração da cartografia das zonas florestais e identificação das suas características	Implementado
							Monitorização e atualização da informação	Implementado
	Incumprimento dos prazos legais quanto às ações de prevenção de incêndios florestais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de fiscalização e controlo planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial	Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)

Departamento de Reabilitação Urbana (DRU) Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Planeamento e Ordenamento do Território	Favorecimento na apreciação de processos	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Utilização de critérios de avaliação inadequados/insuficientes	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Regras e procedimentos especificamente definidos	Implementado
	Acréscimo não fundamentado no tempo de apreciação/decisão	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)

Departamento de Autoridade de Transportes (DAT) — Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Fiscalização	Favorecimento do munícipe em detrimento do Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas	Implementado
							Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado agente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de atribuição indiferenciada de processo	Implementado
							Rotatividade de equipas	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Inadequada supervisão e fiscalização das infraestruturas inerentes ao serviço de transportes públicos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Visitas regulares aos locais onde estão sedeadas as infraestruturas	Implementado
							Procedimentos e indicadores, sistematizados, a verificar aquando das visitas de supervisão	Implementado
							Elaboração de relatórios de fiscalização, validados pela hierarquia	Implementado
	Utilização indevida de viaturas da frota municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Controlo efetivo e permanente do sistema de gestão de frota	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Inadequada monitorização da exploração de serviço público de transporte de passageiros	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódico	Implementado
							Acompanhamento presencial da atividade dos operadores	Implementado
							Monitorização da qualidade do serviço prestado	Implementado
Promoção dos Transportes e Mobilidade	Ausência ou inadequada supervisão e fiscalização da atividade dos operadores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização da qualidade do serviço prestado	Implementado
	Insuficiente fundamentação/níveis de discricionariedade pouco adequados na tomada de decisão	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
							Existência de critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado